

LETÍCIA RODRIGUES SILVA

**A Educação de Jovens e Adultos como Educação Inclusiva:
análises e perspectivas**

TAUBATÉ - SP

2020

LETÍCIA RODRIGUES SILVA

**A Educação de Jovens e Adultos como Educação Inclusiva:
análises e perspectivas**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais e Letras da Universidade de Taubaté, como trabalho de conclusão de curso de História, sob orientação da Professora Dra. Rachel Duarte Abdala.

TAUBATÉ - SP

2020

**Grupo Especial de Tratamento da Informação – GETI
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBi
Universidade de Taubaté - UNITAU**

S586e Silva, Letícia Rodrigues
A Educação de Jovens e Adultos como educação inclusiva :
análises e perspectivas / Letícia Rodrigues Silva. -- 2020.
52 f.

Monografia (graduação) - Universidade de Taubaté,
Departamento de Ciências Sociais e Letras, 2020.

Orientação: Profa. Dra. Rachel Duarte Abdala, Departamento
de Ciências Sociais e Letras.

Coorientação: Prof. Me. Armindo Boll, Departamento de
Ciências Sociais e Letras.

1. Educação de Jovens e Adultos. 2. Educação inclusiva.
3. MOBREAL. 4. Educação – Aspectos sociais. I. Universidade de
Taubaté. Departamento de Ciências Sociais e Letras. Curso de
História. II. Título.

CDD – 374.8

Letícia Rodrigues Silva

A Educação de Jovens e Adultos como Educação Inclusiva: análises e perspectivas

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Departamento de Ciências Sociais e Letras – Curso de História

Taubaté, dezembro de 2020

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof(a). Dra. Rachel Duarte Abdala

1º Membro: Prof(a). Dr(a).

2º Membro: Prof(a). Dr(a).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida e por plantar em mim a semente da educação. Agradeço a minha família, aos meus amigos, aos meus professores, a Universidade de Taubaté e aos colegas de profissão que neste curto tempo já tive o privilégio de trocar experiências reais.

À minha família, por sempre apoiar e acreditar nos meus sonhos junto a mim, por também nunca me deixarem desistir mesmo nos momentos mais difíceis e agradeço principalmente pela base que me proporcionaram dentro de casa, para que aqui fora no mundo pudesse me tornar o que sou hoje.

Aos meus professores de toda a vida, agradeço por serem durante o ensino básico inspiração como profissionais e por terem me proporcionado experiências que ajudaram no florescer desta semente da educação. E aos meus professores da graduação por me terem concedido o privilégio de suas aulas, ensinamentos e reflexões, eu só poderia dizer o meu muito obrigada.

E em especial à minha professora e orientadora, Dra. Rachel Duarte Abdala agradeço pela confiança em mim, pelo apoio emocional e profissional, pelo carinho e por sempre me mostrar que devemos acreditar no poder da educação e nos motivar a mudar o mundo, talvez não no amanhã, como gostaríamos, mas aos poucos, plantando sementes pelo caminho e sabendo quais batalhas lutar como o Professor Arthur Hundert, de O Clube do Imperador.

Dizem que existe uma grande diferença entre enxergar e ver. Enxergar é uma faculdade biológica; já ver é uma opção cultural. Hora de abrir os olhos e aprender a história a partir de outras portas e janelas.

(LILIA SCHWARTZ, 2020)

RESUMO

O tema educação está entrelaçado a diversas variáveis e dimensões, dentre elas destacamos a Educação de Jovens e Adultos e também a Educação Inclusiva. Após observá-las separadamente houve percepção das relações entre essas duas dimensões educacionais. Por isso, é nesse contexto que a presente monografia de conclusão de curso de História se propõe estudar, a Educação de Jovens e Adultos como uma Educação Inclusiva. Como recurso metodológico analisou-se documentações teóricas de especialistas da área da educação, tanto inclusiva quanto específica da Educação de Jovens e Adultos, para buscar compreender o processo histórico de constituição de iniciativas para trabalhar a Educação de Jovens e Adultos, estudando suas origens e analisando suas condições. Para tanto, baseou-se na Constituição Federal e em outros dispositivos legais que tratam do assunto, além das obras do importante educador brasileiro Paulo Freire que se preocupou com a alfabetização no Brasil. Metodologicamente, recorreu-se à análise documental de uma manifestação escrita de uma egressa de Educação de Jovens e Adultos sobre suas percepções sobre seus estudos nessa modalidade de ensino. Em sua narrativa ela destaca a importância desse curso para a transformação da sua vida. Conclui-se que a Educação de Jovens e Adultos pode ser definida como uma Educação Inclusiva devido seu público ser marginalizado pela sociedade em diferentes faixas etárias e níveis sociais em função da falta de escolarização e do analfabetismo. Desse modo, a Educação de Jovens e Adultos torna-se transformadora na vida desses indivíduos, seja em âmbito pessoal ou profissional.

Palavras chave: Educação de Jovens e Adultos; Educação Inclusiva; Mobral; EJA; Transformação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO 1- A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	13
1.1 -O CONCEITO DE INCLUSÃO.....	13
1.2 A DIVERSIDADE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	15
1.3 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM UMA INTERPRETAÇÃO INCLUSIVA.....	17
CAPÍTULO 2- A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL.....	20
2.1 - A ORIGEM DA EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS EM ÂMBITO NACIONAL E INTERNACIONAL E SUAS MOTIVAÇÕES.....	20
2.2 - O NASCIMENTO E O DESENLACE DO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO(MOBRAL).....	24
2.3- EJA, A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	27
CAPÍTULO 3- A INVISIBILIDADE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E PERCEPÇÕES.....	32
3.1- INVISIBILIDADE DAS PRÁTICAS QUE NÃO DEIXAM REGISTROS.....	32
3.2 EJA COMO INCLUSÃO: COMO A VIDA MUDA DEPOIS DO CURSO.....	35
3.3 NARRATIVAS E PERCEPÇÕES: O QUE SIGNIFICOU PARA MIM CURSAR O EJA.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45
ANEXO.....	50

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos é ainda nos dias de hoje um tema pouco estudado, apesar de ter sido um tema abordado e trabalhado desde meados do século XX por lideranças nacionais e internacionais. É possível perceber que tal assunto até então, não era de interesse público e tão pouco político. Assim como a própria educação, de modo amplo, a Educação de Jovens e Adultos, como modalidade educacional está em constante transformação, de acordo com o contexto no qual está inserida e, por isso, a importância de investigá-la. Além disso, esse estudo também se justifica pela relevância em conhecer essa modalidade na minha formação como professora.

Metodologicamente também foram analisadas manifestações escritas de estudantes de Educação de Jovens e Adultos sobre suas percepções sobre seus estudos nesse tipo de educação. Já que o tema da pesquisa que pretendeu-se realizar foi a Educação de Jovens e Adultos em uma análise com a intenção de estudar essa modalidade de ensino como uma perspectiva de uma Educação Inclusiva. A análise documental também englobou leis específicas e a Constituição Federal de 1988. Estudou-se também documentos do Ministério da Educação e a Declaração de Hamburgo (1997).

Para fundamentar essa análise foi utilizado um referencial teórico com autores da Educação de maneira mais ampla como o Educador Paulo Freire, com suas obras *Pedagogia do Oprimido*, *Pedagogia da Esperança* e *a Importância do ato de ler em três artigos que se completam*, que possibilitaram entender seus desejos frente a Educação Brasileira. Sobre Educação Inclusiva foram utilizadas a obra de Camélia Mendes (2015): *Educação Inclusiva e inclusão escolar: algumas considerações*; e de Rosa Porcaro (s/d), em sua obra *A história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil*. Concluindo o referencial teórico com a estudiosa Sonia Soares (2006), em sua obra *As contradições na vida e no trabalho dos alunos da eja em Porto Alegre-RS: um estudo de caso*, a qual possibilitou reflexões sobre a verdadeira função da EJA.

Nesta pesquisa observou-se que socialmente, a inclusão representa um ato de igualdade entre os diferentes indivíduos que habitam determinada sociedade. Assim, esta ação permite que todos tenham o direito de integrar e participar das várias dimensões de seu ambiente, sem sofrer qualquer tipo de discriminação e preconceito. Assegurado pela Constituição Federal (1988) a inclusão deve ser promovida em todo o meio em que existam

pessoas e por isso além da dimensão social, a inclusão abrange meios como: a comunicação, a saúde, o acesso digital, a acessibilidade, o escolar, e etc. Com isso, está garantido, ainda segundo a Constituição, o acesso à educação por todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos em todos os níveis de aprendizagem ao longo de toda a vida do indivíduo o que para Edward P. Thompson, na obra “Costumes em Comum: estudo sobre cultura popular tradicional” (1998), assevera que, para que haja a elaboração de leis, como as apresentadas, foi necessário que houvesse demanda social prévia.

No Art. 37. da Constituição (1988) está declarado que “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.” Entretanto, para chegar a esta declaração de lei inclusiva houve um lento e burocrático processo durante o século XX, que foi estudado e fundamentado por teóricos da área.

No ano de 1949, aconteceu na cidade de Elsinore, Dinamarca a primeira Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA). Até o presente momento já ocorreram seis Confinteas, estas foram responsáveis pela discussão inicial da Educação de Jovens e Adultos no Brasil e no mundo. Segundo o Ministério da Educação, o objetivo da Confintea era debater e avaliar as políticas implementadas para a modalidade de educação de adultos, esta que é realizada a cada 12 anos em países membros, como os das seis últimas edições, que foram respectivamente, Dinamarca, Canadá, Japão, França, Alemanha e Brasil.

É importante considerar que essas discussões tiveram início na metade do século passado, e que essas conferências produziram documentos sobre a problemática da Educação de Jovens e Adultos que ainda não foram sanadas e por isso, a importância continuar trazendo para o debate a temática. No Brasil, as atitudes só iniciaram-se devido ao crescente número de evasão de alunos das escolas de ensino regular e assim, conseqüentemente, o aumento considerável da população analfabeta do país, o que tornava a Educação Brasileira falha e desta maneira vista com maus olhos.

De acordo com Benítez (2020) “Há identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará entre outras: as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias desse aluno”. Este desafio educacional estava em formação, contemplava ideologias e funções diferentes para cada grupo, ou seja, o que o governo federal queria era diferente da

comunidade e assim a Educação de Jovens e Adultos tornava-se instável. Porém, pode-se considerar um marco a década de 1950, quando o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) nasce através do convite feito ao educador e filósofo brasileiro Paulo Freire, que em 1963 foi o responsável por desenvolver o novo Plano Nacional de Alfabetização para o país, o que possibilitou um novo olhar para educação.

O método de Paulo Freire para a alfabetização de crianças, jovens e adultos partia de princípios de uma concepção libertadora, pois considerava as realidades em que os alunos estavam inseridos, partindo do uso de “palavras geradoras” para promover seu desenvolvimento crítico e social dentro de sua própria realidade. O educador foi o primeiro a apresentar a educação como uma educação popular e libertadora que possibilitasse o pensamento crítico e a construção de mundo a partir desta perspectiva.

Em março de 1964 as estratégias libertadoras foram obrigadas a desaparecer frente a tensões políticas tão severas que acabaram por desencadear o movimento golpista, o qual colocou os militares na chefia do Brasil, com o General Castelo Branco. A Ditadura Civil-Militar escolheu suas batalhas, assim deixando a Educação em segundo plano até o ano de 1966, que devida a pressão popular perante a situação em que se encontrava o país, que o governo militar autorizou a criação do programa de combate ao analfabetismo, que devida a falta de estrutura e apoio governamental logo falhou.

Em 15 de dezembro de 1967 de fato instala-se no Brasil o Movimento Brasileiro de Alfabetização - Mobral. Aquele programa idealizado por Paulo Freire fica no passado, e o novo agora se encaminha para o lado oposto da educação libertadora, porém, cumpre seu papel de alfabetizar jovens e adultos. Apesar de muito criticado no Brasil, por seus métodos de alfabetização padronizada e manipuladora, o Mobral ganhou fama internacional, sendo até mesmo reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Com abertura política da década de 80, novos projetos também foram aos poucos competindo com o Mobral até sua extinção em 1985.

Na década de 90 finalmente o Governo Federal cria a Educação de Jovens e Adultos (EJA) que perdura até os dias de hoje, esta nova instituição tem uma novidade, já que agora ela está a cargo dos municípios e não mais do Estado. Com isso, novas oportunidades de diálogo foram criadas para um melhor ensino-aprendizagem por parte dos alunos da EJA, porém os recursos municipais e voluntários ainda não eram o suficiente para uma educação

de qualidade, e por isso, por meio de fóruns em 2003 houve a conquista do poder Estatal junto a EJA.

Segundo o Ministério da Educação, a EJA tem objetivos, como: Oportunizar a inclusão, diminuir as taxas de analfabetismo, minimizar a pobreza e incentivar a preservação do meio ambiente, além de integrar esses jovens e adultos no mercado de trabalho e na sociedade. Perante a esses objetivos temos de analisar os desafios únicos da EJA, pois tratam-se de salas de aula com jovens e adultos, que suas faixas etárias podem ir dos 20 aos 70 anos ou mais. As relações que se dão entre esses indivíduos, mais seus diferentes níveis de conhecimento e experiências, junto a suas dificuldades, entre outras coisas, apresentam aos profissionais responsáveis obstáculos únicos a se enfrentar.

A EJA é um grande desafio político e pedagógico, principalmente quando observamos que a maioria das práticas docentes são invisíveis perante o Estado, isso porque, acredita-se que está a cargo do professor cumprir todas as funções de que o aluno da EJA necessita, sendo de sua especialidade ou não. Sobrecarregando o educador e impossibilitando uma boa prática, pois seus desafios diários não possuem apostilas e nem cursos prévios e o Estado continua a fechar seus olhos para os verdadeiros desafios. De acordo com Policarpo (2017) “É preciso conhecer o que pensam os estudantes, seus sonhos e desejos, a fim de refletir sobre suas necessidades específicas de aprendizagem.”.

Com tudo, é imensurável o quanto a EJA pode modificar a vida de seu aluno, seja em âmbito pessoal e/ou profissional. O conhecimento proporcionado pela educação inclui o indivíduo na sociedade, provando seu caráter inclusivo, já que a ampla abordagem da EJA, contempla realidades e perfis variados, mas também características homogêneas em relação a suas posições marginalizadas na sociedade e seu desejo de ascensão. As oportunidades de mudança de vida estão relacionadas ao conhecimento, seja na conquista de um emprego mais qualificado e com melhores salários, ou seja, na intenção de entender o mundo a sua volta e aprofundar-se na busca de mais conhecimento e assim, sentir-se pertencente a este mundo globalizado e letrado.

Em relação à divisão da monografia, ela foi desenvolvida em três capítulos apresentados a seguir:

No Capítulo 1, buscou-se apresentar o conceito de inclusão para, a partir disso, analisar a diversidade que existe ao tratarmos de Educação Inclusivas e assim, enfim chegar à Educação de Jovens e Adultos em uma interpretação inclusiva.

Em seguida, no Capítulo 2, foi abordado o processo histórico que constituiu a Educação de Jovens e Adultos, abordando suas origens em âmbito internacional e nacional, a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização, o Mobral, no Brasil e seus desenlaces até que desse lugar para Educação de Jovens e Adultos, a EJA que conhecemos nos dias atuais.

Por fim, o Capítulo 3 trata da invisibilidade das práticas docentes que não deixam registros incluindo a Educação de Jovens e Adultos apesar da sua ação transformadora de realidades e inclusiva. Para tanto recorreu-se a um relato escrito de uma estudante dessa modalidade de ensino que apresenta em sua narrativa o que cursar a EJA significou para a sua vida.

Capítulo 1. A Educação de Jovens e Adultos como Educação Inclusiva

1.1. O conceito de inclusão

Antes de estudar as práticas de inclusão faz-se necessário refletir sobre o conceito. Ao entender a constituição, os sentidos e significados de um conceito é possível perceber com maior profundidade a sua aplicação.

A palavra inclusão define-se, de acordo com o Dicionário “Ciranda Cultural” (2009), como toda ação ou efeito de incluir. Considerando-se como incluir o ato de inserir, introduzir, abranger, compreender, fazer parte. Esse conjunto de ações, muitas delas tratadas por leis, inclusive a Constituição Federal (1988), garantem a participação igualitária de todos os membros de uma sociedade. A inclusão como já definida refere-se a uma ação que essencialmente deve fazer parte do cotidiano da sociedade, pois a inclusão social prevê a integração de todos os indivíduos, independente da condição física, do grau de escolaridade, do gênero, da orientação sexual, da cultura, da etnia, da cor ou qualquer outra classificação.

Implementar esse conceito significa procurar a igualdade de oportunidades e direitos para todas as pessoas, independentemente de status social, sexo, idade, condição física ou mental, raça, religião, orientação sexual, etc. (MERESMAN, apud SOUZA e RODRIGUES, s/d. p. 3)

Socialmente, a inclusão representa um ato de igualdade entre os diferentes indivíduos que habitam determinada sociedade. Assim, esta ação permite que todos tenham o direito de integrar e participar das várias dimensões de seu ambiente, sem sofrer qualquer tipo de discriminação e preconceito. A inclusão, como já esclarecido, deve ser promovida em todo o meio em que existam pessoas e por isso além da dimensão social, a inclusão abrange meios como: a comunicação, a saúde, o acesso digital, a acessibilidade, o escolar, e etc. Assegurados pela Constituição Federal (1988). Que por direito de lei, o estado democrático de direito auxilia na definição do conceito de inclusão.

A inclusão na comunicação, tem a intenção de integrar os cidadãos através de outras opções de línguas. Como por exemplo: a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos pela comunicação tátil, o sistema Braille, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia, os sistemas auditivos por meios de voz digitalizada, entre outros recursos técnicos e tecnológicos, que são capazes de proporcionar a inclusão na comunicação.

Já a inclusão no sistema de saúde está assegurada no Art. 18 da Constituição Federal (1988) como garantia integral à saúde da pessoa com deficiência em todos os níveis de complexidade, por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), que garante acesso universal e igualitário para todos. Há também a inclusão digital, que representa a disponibilização, de modo igualitário, para todos os cidadãos a oportunidade de ter acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC). Ou seja, consiste na democratização da tecnologia, independentemente de classe social, etnia, religião e poder econômico, do indivíduo, que pela inclusão digital consiga usufruir das vantagens das ferramentas tecnológicas disponíveis.

A inclusão de acessibilidade, busca, por meio da segurança e da autonomia da pessoa deficiente a garantia que os espaços, os mobiliários, os equipamentos urbanos, as edificações, os transportes e as informações sejam acessíveis em uso público ou privados, tanto na zona urbana como na rural. Por fim, a inclusão escolar consiste na ideia de que todos os cidadãos devem ter o direito de ter acesso ao sistema de ensino, sem segregação e discriminação, reconhecendo a igualdade perante a lei.

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (LDB, Lei 13146, 2015, p. 7)

A inclusão escolar pressupõe que todas as crianças, jovens e adultos tenham uma resposta educativa num ambiente regular que lhes proporcione o desenvolvimento máximo de suas capacidades. Este princípio vem expresso primeiramente na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994). A Declaração proporcionou falar sobre uma “Educação Inclusiva” para aqueles alunos que não acompanhavam o ensino regular padronizado, assim tornando-se possível a partir da inclusão a participação das crianças com necessidades educativas especiais, em todos os aspectos da escola e da vida comunitária, dando início a uma “Educação para todos”.

O documento expressa o direito de toda criança à educação e a oportunidade de atingir e manter a aprendizagem adequada, como também, afirma que cada aluno possui características próprias e únicas de aprendizagem e por isso, os sistemas educacionais têm de implementar medidas que possibilitem o acesso a uma “Educação Inclusiva” que possa satisfazer as necessidades. Além disso, a Declaração de Salamanca orienta que as crianças de

orientação inclusiva estejam inseridas no ensino regular para assim combater atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras às diferenças.

Edward P. Thompson, na obra “Costumes em Comum: estudo sobre cultura popular tradicional” (1998), assevera que, para que haja a elaboração de leis é necessário que haja demandas sociais prévias. Em outras palavras, a lei acompanha a realidade para organizá-la, legitimá-la e mesmo defini-la. Desse modo, no que se refere à inclusão, observa-se que houve o desejo e a ação a fim de delimitar a palavra inclusão e o seu significado, para que além de significado coerente ela ganhasse legitimidade perante a lei a partir da ocorrência de demandas sociais.

1.2. A Diversidade da Educação Inclusiva

A Educação Inclusiva pode ser entendida como uma concepção de ensino contemporânea que tem como objetivo garantir o direito de todos à educação. Ela pressupõe a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, contemplando, assim, as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres humanos. Implica a transformação da cultura, das práticas e das políticas vigentes em toda a sociedade e inclusive nos sistemas de ensino, que estarão à frente dessas ações de inclusão.

A Educação Inclusiva é uma proposta que vem mobilizando nações na busca pela excelência no ensino. Nela, a meta é alcançar uma educação de qualidade sem desconsiderar as especificidades do educando, sendo assim, pode-se resumir o tema na seguinte frase: “Educação Para Todos”. (MENDES, ano 2015. p.22.)

Na Educação Inclusiva inclui-se qualquer tipo de deficiência ou transtorno, ou ainda altas habilidades. Essa diversidade cria obstáculos, mas também oportunidades. A inclusão ajuda a combater o preconceito buscando o reconhecimento e a valorização das diferenças através da ênfase nas competências, capacidades e potencialidades de cada um. De acordo com as Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica (RES CNE/CEB 04-2010), o respeito aos educandos e aos seus tempos mentais, socioemocionais, culturais e de identidade é um princípio orientador de toda ação educativa, sendo responsabilidade dos sistemas a criação de condições para que crianças, adolescentes, jovens e adultos, com sua diversidade, tenham a oportunidade de receber a formação que corresponda à idade própria de percurso escolar.

O professor que tem como desafio a Educação Inclusiva em sala de aula arca com realidades, que infelizmente não são apresentadas previamente a ele durante sua formação acadêmica o que dificulta ainda mais o trabalho desses profissionais que deveriam estar educando e acabando por assumir papéis de existencialistas em escolas regulares brasileiras e ainda em sua maioria periféricas. Segundo Oliveira (2006) A precarização do trabalho docente perante as leis brasileiras está exatamente, onde os educadores tão tudo de si a sua profissão, mas ainda se encontram em caminhos precários, pois o reconhecimento não os é garantido e os seus salários não sustentam suas famílias.

A legitimação de práticas coletivas de trabalho e de reconhecimento de maiores direitos dos alunos como sujeitos sócio-históricos são ganhos incontestáveis deste momento, apesar de não estarem garantidas as condições objetivas necessárias à plena realização desse exercício. (OLIVEIRA, 2006, p.19.)

A função do professor é louvável mas que infelizmente todo esse processo de precarização da docência causa uma falta de identidade com a profissão, um não reconhecimento da importância e do seu valor, principalmente ao deparar-se com a falta de estrutura física do ambiente escolares, a falta de recursos tecnológicos de assistência aos deficientes, o número excessivo de alunos em sala de aula no comando de um ou dois profissionais, o preconceito da sociedade que dificultada ainda mais a inclusão e a falta de formação especializada e capacitada para lidar com os diferentes tipos de deficiência presentes dentro de uma instituição escolar.

Mudamos o discurso nos últimos anos, hoje falamos em tolerar, respeitar, aceitar, mas esses verbos são passivos e carregam uma marca superficial de naturalização da diferença. O que nós precisamos é mudar, não só nossas cabeças, mas nossos corações e, de fato, perceber o quanto a diferença é natural e pode ser muito positiva em nossa vida particular, social e produtiva. (SOUZA e RODRIGUES, s/d. p. 4.)

A diversidade existe e a Educação Inclusiva nos ajuda a integrar, a mudar o discurso e as atitudes pelas instituições de ensino e pela sociedade. Uma das vantagens da Educação Inclusiva é proporcionar a aproximação de todas as crianças, sendo elas deficientes ou não, fomentando assim interações, trocas e a cooperação entre elas. Interações essas fundamentais para o desenvolvimento da criança e do adulto do futuro.

Cabe ressaltar, que de acordo com a Constituição Federal (1988), a família tem o direito e a obrigação de se informar e de cobrar o acesso a uma educação de qualidade para o membro da família que tenha qualquer tipo de deficiência ou transtorno. Considerando que a

função da escola se diferencia de atividades próprias da assistência social, da saúde e de terapias ocupacionais, aos sistemas de ensino cabe garantir aos alunos com deficiência, além do acesso ao ensino regular, as condições de participação e aprendizagem. Neste contexto, a Educação Inclusiva é definida como modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, integrando a proposta político-pedagógica da escola.

O apoio do Estado é fundamental para que as atitudes sejam nacionais e assim auxiliem para o desenvolvimento de crianças, jovens e adultos em quaisquer situações de deficiência. Desde a publicação da Declaração de Salamanca em 1994, foi desencadeado um processo mundial de mudanças em políticas públicas destinadas a garantir o direito à educação de grupos sociais em situação de desvantagem e risco contínuo de exclusão. A partir daí, países em todas as partes do mundo iniciaram algum tipo de ação para tornar seus sistemas educacionais mais igualitários.

A Constituição Federal (1988), em seu artigo 208 estabelece que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita dos 04 aos 17 anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. Existe desde 2008 o Decreto nº 6.571 que trata exclusivamente do Atendimento Educacional Especializado (AEE), esse atendimento é um serviço da Educação Inclusiva que identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

1.3. A Educação de Jovens e Adultos em uma interpretação inclusiva

A Educação de Jovens e Adultos é marcada pela descontinuidade dos estudantes e por tênues políticas públicas, insuficientes para dar conta da demanda potencial de evasão das escolas regulares brasileiras. De acordo com Benítez (s/d) a Educação de Jovens e Adultos se inclui dentro do Atendimento Educacional Especializado (AEE), tanto para aqueles jovens e adultos com deficiência, quanto para os que não tiveram acesso à educação na idade adequada mesmo sem apresentar deficiência. Essa inserção se deve ao fato de que a Educação de Jovens e Adultos requer uma abordagem de desenvolvimento das necessidades de ensino-aprendizagem específica dos seus jovens e adultos.

No Art. 37. da Constituição Federal (1988) está declarado que “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.” Desse modo, a Educação de Jovens e Adultos pode ser observada pelo viés da inclusão, já que consiste em AEE e além disso requer adaptações curriculares específicas para aqueles que até então encontram-se vulneráveis à marginalização da sociedade.

A educação de jovens e adultos abriga uma diversidade muito grande de sujeitos, culturas, religiões, crenças econômicas, raças e costumes. Reconhecer essa diversidade e tentar um movimento educacional que torne a prática docente mais efetiva e qualificada para todos é um desafio para este e para os próximos anos. (SOUZA e RODRIGUES, s/d. p. 6.)

A Educação de Jovens e Adultos só será eficiente se pensada individualmente para cada aluno, tornando assim a sala de aula um lugar de inclusão individual e coletiva. De acordo com Benítez (s/d), há identidade própria na Educação de Jovens e Adultos ao considerar as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias desse aluno, o capital econômico e cultural, entre outras coisas. A Educação de Jovens e Adultos deve-se ajustar, dar acesso aos bens culturais aos quais os sujeitos deveriam ter tido na idade própria, por meio de um ensino de qualidade com a pretensão de atingir todos de maneira inclusiva.

A Constituição Federal de 1988, a partir da lei 9.394/96, trata da Educação de Jovens e Adultos, a EJA como uma modalidade da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio, que usufrui de uma especificidade própria. Ou seja, a oferta de Educação Inclusiva, que tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida a incluir a EJA. Isso porque, esses jovens e adultos em sua maioria passaram por um longo período de reclusão, após a tentativa de se encaixar na escola regular e não conseguir, isso os impede de desfrutar de convivência social. Tem sido cada vez mais comum a volta de jovens e adultos nas EJA, em busca de uma finalização na educação, seja em busca do conhecimento, ou seja, em busca de uma especialização e/ou certificado para o mercado de trabalho, diz Benítez (s/d).

Segundo Santos (2016), esses alunos que abandonaram seus estudos anteriormente e agora quando adultos retornam, precisam de uma compreensão por parte dos professores e da instituição maior ainda para envolvê-los, já que seu afastamento está diretamente ligado com a educação reprodutivista, que de acordo com Haddad (1994. p.8) “A escola era lida

unicamente como um espaço de reprodução das relações de classe, um espaço de veiculação ideológica dos interesses dominantes.” Sendo assim, uma educação não inclusiva, uma educação que não foi pensada para o aluno e suas necessidades reais.

Representado pelo perfil crescentemente juvenil dos alunos em seus programas, grande parte dos quais são adolescentes excluídos da escola regular. Há uma ou duas décadas, a maioria dos educandos de programas de alfabetização e de escolarização de jovens e adultos eram pessoas maduras ou idosas, de origem rural, que nunca tinham tido oportunidades escolares. A partir dos anos 80, os programas de escolarização de adultos passaram a acolher um novo grupo social constituído por jovens de origem urbana, cuja trajetória escolar anterior foi malsucedida. O primeiro grupo vê na escola uma perspectiva de integração sociocultural; o segundo mantém com ela uma relação de tensão e conflito aprendida na experiência anterior. Os jovens carregam consigo o estigma de alunos-problema, que não tiveram êxito no ensino regular e que buscam superar as dificuldades em cursos aos quais atribuem o caráter de aceleração e recuperação. (HADDAD e PIERRO.2000.p.20)

Os autores são responsáveis por trazer para discussão mais uma vez a questão da diversidade de alunos dentro da sala de aula da EJA, a qual um professor tem de ser capaz de adaptar os currículos individualmente e ainda assim construir uma ensino-aprendizagem coletiva. Pode-se considerar um importante desafio para o educador e para a educação de adultos no Brasil, de acordo com Paiva (1987) a EJA é aquela que se caracterizou pela intensa busca de maior eficiência metodológica e por inovações importantes, além da reintrodução da reflexão sobre o social no pensamento pedagógico brasileiro e pelos esforços realizados pelos mais diversos grupos em favor da educação da população adulta para a participação na vida política da Nação.

Compreende-se, assim, que a Educação de Jovens e Adultos interpretada e praticada de maneira Inclusiva estão articuladas com o objetivo de educar. O Parecer CNE/CEB nº. 11/2000 mostra a Educação de Jovens e Adultos representada como uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso e nem domínio da escrita e da leitura quando crianças e por isso, ainda, que privados no passado a esse acesso buscam quando adultos o instrumento imprescindível da sociedade, o conhecimento. Logo podemos considerar a Educação de Jovens e Adultos dentro do espectro da Educação Inclusiva, independente de se tratar de pessoas com deficiência ou não, pois aquele que não teve acesso ao conhecimento anteriormente também se encaixa em condição de exclusão perante a sociedade.

Capítulo 2. A Educação Inclusiva de Jovens e Adultos no Brasil

2.1. A origem da Educação para Jovens e Adultos em âmbito Nacional e Internacional e suas motivações

A Educação de Jovens e Adultos passou por transformações durante o tempo, para ser, no Brasil, a EJA que conhecemos atualmente. Pode-se dizer que a Educação para Jovens e Adultos tornou-se assunto abordado por lideranças nacionais e internacionais de modo relativamente recente. As informações sobre a origem da Educação de Jovens e Adultos ainda são poucas e, portanto, esse tema é ainda pouco estudado.

Sobre a temática da Educação de Jovens e Adultos, em pesquisa aberta, ou seja, definindo a baliza cronológica aberta e ampla na intenção de encontrar as melhores pesquisas, foram encontrados no Banco de Teses e Dissertações do Brasil (BDTD) 1668 teses e dissertações sobre essa temática em âmbito nacional. No entanto, a maior parte delas trata de experiências educacionais e não especificamente da história dessa modalidade de ensino nem da sua definição. Entre estas encontra-se apenas 7 teses e dissertações sobre essa temática vindas da Universidade de Taubaté (UNITAU), universidade esta que é responsável pela formação de diversas áreas da licenciatura e mesmo assim ainda apresenta pouco interesse na pesquisa sobre Educação de Jovens e Adultos.

Trazendo de volta a um contexto histórico e abordando ele internacionalmente, no ano de 1949 aconteceu na cidade de Elsinore, Dinamarca a primeira Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA). Até o presente momento já ocorreram seis CONFINTEA's, estas foram responsáveis pela discussão inicial da Educação de Jovens e Adultos no Brasil e no mundo.

Com o objetivo de debater e avaliar as políticas implementadas para a modalidade de educação de adultos, a Conferência Internacional de educação de Adultos - CONFINTEA é realizada a cada 12 anos, desde 1949. As seis edições foram recepcionadas, respectivamente, pela Dinamarca, Canadá, Japão, França, Alemanha e Brasil. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. 2009.)

A I Conferência foi realizada na Dinamarca, logo após a Segunda Guerra Mundial em 1949 e teve a participação de 106 delegados, 21 organizações internacionais e 27 países, segundo documento do Ministério da Educação. O objetivo desta primeira conferência era organizar a Educação de Adultos de cada um desses países, organizando relatórios que

continham as políticas específicas dos envolvidos para descobrir as especificidades da Educação de Adultos. Proporcionando por meio dos relatórios elaborados uma educação aberta e voltada para as condições de vida real da população e afirmando a importância da tolerância para o processo da educação de adultos, de acordo com o Ministério da Educação.

Em 1963 em Montreal no Canadá foi realizada a II Conferência, houve nela uma elaboração da Declaração da Conferência Mundial de Educação de Adultos, que registrou a necessidade de países mais desenvolvidos ajudarem os em desenvolvimento a melhorar seus sistemas de ensino-aprendizagem. Doze anos depois a III CONFINTEA que deve ter como sede a cidade de Tóquio, no Japão em 1972 foi responsável pela constatação de que é preciso realizar esforços para fortalecer a democracia e preparar o enfrentamento mundial da não diminuição das taxas de analfabetismo. Com isso, surgiu as categorias de ensino escolar e extra-escolar, essas que deveriam garantir a educação integral dos indivíduos de todas as idades.

A IV CONFINTEA ocorreu na França, na cidade de Paris em 1985 e a principal discussão da conferência foi a importância do reconhecimento do direito de aprender como o maior desafio para a humanidade. As abordagens declararam o direito de ler e de ler o próprio mundo e ser capaz de escrever a sua história como primordiais para Educação de Adultos. Já que todos os indivíduos têm de ter acesso aos recursos educacionais, desenvolvendo as capacidades individuais e coletivas em um sistema de educação de qualidade. No ano de 1997 foi realizada a V Conferência em Hamburgo, Alemanha. Essa foi diferente das demais, pois o assunto passou a ser abordado por mais países e ser conhecido pela população civil, o que fez que a conferência de 1997 ganhasse grandes proporções.

Importante ressaltar que a Declaração de Salamanca, realizada em 1994, um pouco anterior à V CONFINTEA, foi o princípio de uma discussão muito relevante para o Brasil, já que ela trata de uma “Educação para Todos”, o que continua sendo um desafio para o Brasil. Em relação a educação de jovens e adultos, ainda se caracteriza como uma educação por um único viés, o de realizarem uma transição efetiva da escola para o trabalho, ou seja, as escolas deveriam auxiliá-los a se tornarem economicamente ativos e provê-los com as habilidades necessárias ao cotidiano da vida adulta. Tais ações foram importantes, mas não supriram as lacunas de déficit de ensino para com esses jovens e adultos e por isso a Conferência de Hamburgo é tão importante para o Brasil.

Em 1997, de acordo com a Declaração de Hamburgo, “A Educação de Adultos dentro desse contexto, torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI.”, nela é reafirmado que o desenvolvimento centrado no ser humano e a existência de uma sociedade participativa, baseada no respeito integral aos direitos humanos, levará a um desenvolvimento justo e sustentável. Além de ser um irrefutável instrumento governamental na medida que “A educação de adultos pode modelar a identidade do cidadão e dar um significado à sua vida”, afirma a própria declaração em sua primeira página.

Para completar as seis Conferências Internacionais sobre Educação de Adultos que já foram realizadas, em 2009, foi realizado no Brasil, no estado de Belém, a VI CONFINTEA com a contou com a participação de 1.125 delegados de 144 países, incluindo 55 ministros e vice-ministros e 16 embaixadores e delegados permanentes da UNESCO, segundo o Ministério da Educação. Esta conferência tinha como objetivo reavaliar os principais pontos das anteriores.

Ela representaria uma oportunidade para avaliar como os compromissos assumidos em 1997 haviam sido implementados e produziria os meios para assegurar que os compromissos anteriores e atuais relativos à educação de adultos e à educação não formal fossem concretizados. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.)

A VI CONFINTEA finaliza-se com a criação do Marco de Ação de Belém, esse documento oferece uma diretriz que permite ampliar o referencial na busca de uma educação de jovens e adultos mais inclusiva e equitativa. Por tanto podemos considerar que cada uma das Conferências trouxe bons resultados para a Educação de Jovens e Adultos do mundo e também do Brasil. Entretanto é importante considerar que essas discussões tiveram início na metade do século passado, e que essas conferências produziram documentos sobre a problemática da Educação de Jovens e Adultos que ainda não foram sanadas e por isso a importância continuar trazendo para o debate a temática.

Entendamos agora quais as motivações para o Brasil em trazer tal temática em debate e buscar por soluções junto aos órgãos internacionais. Segundo Pierro (2005) os desafios da alfabetização e elevação de escolaridade tendem a ocupar o centro do debate público atual a respeito da educação de jovens e adultos no Brasil, já que ao observar o crescente número de evasão de alunos das escolas de ensino regular e assim, conseqüentemente, o aumento considerável da população analfabeta do país, que de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (IBGE):

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta, no ano de 1996, 15.560.260 pessoas analfabetas na população de 15 anos de idade ou mais, perfazendo 14,7% do universo de 107.534.609 pessoas nesta faixa populacional. (PARECER CNE/CEB nº. 11/2000)

Desse modo, podemos considerar o enorme número de analfabetos como causa das transformações educacionais do século XX. O Brasil é responsável por essa falha na educação, falha essa que possibilita o desinteresse de jovens na educação e nos caminhos que ela pode proporcionar, além da discriminação para com adultos analfabetos que os deixa à margem da sociedade como resultado.

É importante ressaltar que, nesse período da história brasileira, o analfabetismo era concebido como "causa" da situação econômica, social e cultural da época, e não como "efeito". Essa concepção validava a visão do analfabeto adulto como incapaz e assim, marginalizado. (COLETI, s/d. p. 3)

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil precisou ser discutida e como resultado das conferências internacionais e dos debates nacionais nasceram diferentes vertentes sobre essa temática. De um dos lados Ongs e Campanhas Populares lutavam por uma educação igualitária e acolhedora, enquanto o governo buscava a melhor maneira de moldar esses indivíduos por meio da educação.

No início do século XX, inicia-se um processo lento, mas crescente, de valorização da educação de adultos. Porém, essa preocupação trazia pontos de vista diferentes em relação à educação de adultos, quais sejam: a valorização do domínio da língua falada e escrita, visando o domínio das técnicas de produção; a aquisição da leitura e da escrita como instrumento da ascensão social; a alfabetização de adultos vista como meio de progresso do país; a valorização da alfabetização de adultos para ampliação da base de votos. (PORCARO. s/d. p.1)

Contudo podemos concluir que ações começaram a ser tomadas em relação a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, por exemplo a participação na Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) criada no ano de 1945, com o objetivo inicial de educar os adultos analfabetos.

O problema do desajustamento social da juventude é objeto de estudos por parte de técnicos da UNESCO, encarregados da divisão de educação de jovens e adultos [...] Vem promovendo também, conferências e debates sobre o assunto, tendo proposto programas experimentais de proteção e recuperação social da juventude a estabelecimentos de ensino, centros de atividade e outras entidades interessadas. A UNESCO continua recomendando com insistência aos países e ela filiados, o máximo empenho no aprimoramento e desenvolvimento de seus sistemas de educação de adultos, com o fim de integrar o maior número possível de pessoas na vida social, econômica e

política de suas comunidades. (*DIARIO DA NOITE, São Paulo, segunda-feira, 19 de novembro de 1962.*)

As campanhas da UNESCO trazem resultados contra o analfabetismo, junto ao governo federal, desse modo, possibilita-se um espaço a novas ideias e novos projetos para a temática da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

2.2. O nascimento e o desenlace do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral)

O século XX foi sinônimo de urbanização e industrialização, além de uma ampliação do sistema de educação do país. No Brasil, pode-se dizer que um momento de destaque no processo de iniciativa e de trabalho na dimensão da educação voltada para a alfabetização de jovens e de adultos foi a criação do Mobral- Movimento Brasileiro de Alfabetização, durante a década de 1960.

Entretanto antes precisamos dar o devido destaque ao educador e filósofo brasileiro Paulo Reglus Neves Freire, que de acordo com Maria Beluzo e José Toniosso (2015) foi responsável por propostas únicas de educação, como Porcaro (2007) coloca:

Significou um novo paradigma pedagógico, pois a concepção pedagógica por ele iniciada trazia consigo uma nova visão sobre o problema do analfabetismo, dando ênfase às classes populares, no sentido de entender as duas vertentes bastante criticadas da época: educação e sociedade. (PORCARO, 2007, p.2)

O método de Paulo Freire para a alfabetização de crianças, jovens e adultos partia de princípios de uma concepção libertadora, pois considerava as realidades em que os alunos estavam inseridos, partindo do uso de “palavras geradoras” para promover seu desenvolvimento crítico e social dentro de sua própria realidade. Seus métodos para alfabetização ganharam reconhecimento pelo governo vigente da época. Com isso, o educador Paulo Freire foi convidado em 1963 para desenvolver o novo Programa Nacional de Analfabetismo e assim elaborar um Plano Nacional de Alfabetização para o país.

Segundo Soares, 91996) “O analfabetismo, que antes era apontado como causa da pobreza e da marginalização, passou a ser, então, interpretado como efeito da pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária.” Paulo Freire foi um importante incentivador desta ideia e responsável por trazer o debate do combate ao analfabetismo por meio de uma educação popular, nome esse, como ficou conhecido os métodos de Paulo Freire, que

buscavam nesta estrutura social não igualitária os caminhos para educar jovens e adultos criticamente perante suas realidades.

[...] uma metodologia que não pode contradizer a dialogicidade da educação libertadora. Daí que seja igualmente dialógica. Daí que conscientizadora também, proporcione, ao mesmo tempo, a apreensão dos “temas geradores” e a tomada de consciência dos indivíduos em torno dos mesmos. (FREIRE, 1993, p. 87)

Em março de 1964, as estratégias libertadoras foram obrigadas a desaparecer frente a tensões políticas tão severas que acabou por desencadear o movimento golpista, o qual colocou os militares na chefia do Brasil, com o General Castelo Branco. Segundo Oliveira e Souza, (2013), “O Brasil foi inserido num contexto de intensa repressão (especialmente nos grandes centros) e de perseguição aos líderes considerados “subversivos” que supostamente levariam o país ao comunismo.” Além dos registros históricos de milhares de pessoas sendo presas por possuírem ideologias diferentes das dos líderes.

A Ditadura Civil-Militar escolheu suas batalhas, assim deixando a Educação em segundo plano. De acordo com Oliveira e Souza, (2013), “Somente em 1966, diante da má repercussão internacional dos elevados índices de analfabetismo aliada aos apelos da Unesco, o governo brasileiro elaborou o Plano Complementar”. A Educação de Jovens e Adultos que vinha caminhando, ganhando forma própria e parcerias importantes para sua construção, foi abandonada. O plano de alfabetização de Paulo Freire destruído no mesmo instante que o golpe foi dado, pois o novo governo com seus métodos tecnicistas tinham outros objetivos.

Ocorrendo uma ruptura do trabalho de alfabetização realizado por Paulo Freire, pois para os militares, o método por ele desenvolvido conscientizava a população acerca da realidade na qual estava inserida, o que não lhes convinha, pois desejavam que toda a população fosse alienada ao saber crítico e que se preocupasse somente com a preparação do indivíduo para o mercado de trabalho. (BELUZO e TONIOSSO, p. 4)

Segundo dados do IBGE, em 1960 eram analfabetos cerca de 39,50 % da população com mais de 15 anos de idade e com a entrada da Ditadura os índices aumentaram, já que qualquer iniciativa social era desprezada pela chefia do país. Somente no final de 1966, o governo autorizou a criação do programa “Cruzada ABC – Ação Básica Cristã” como forma de neutralizar a má repercussão. Porém, segundo Oliveira e Souza, (2013), “Em função de dificuldades financeiras, as Cruzadas ABC foram extintas em 1971.” O que nos permite perceber que as medidas adotadas foram desesperadas e de fachada para acalmar as cobranças.

Para justificar o processo político autoritário que subordinou a educação à lógica econômica de modernização acelerada da sociedade brasileira, a tecnoburocracia lançou mão da "teoria do capital humano", ou seja, impôs o discurso unilateral de que o único papel a ser desempenhado pela educação era o de maximizar a produtividade do PIB, independentemente da distribuição da renda nacional. (FERREIRA e BITTAR. 2008. p.17)

Com a má reputação com relação ao descaso com a Educação Brasileira, o governo ditatorial teve de criar um programa que de fato atendesse ao elevado número de jovens e adultos analfabetos no país. Dando assim origem ao Mobral, Movimento Brasileiro de Alfabetização no dia 15 de dezembro de 1967 e o tornando Lei Federal, número 5.379, que em seu “Art. 1º Constituem atividades prioritárias permanentes, no Ministério da Educação e Cultura, a alfabetização funcional e, principalmente, a educação continuada de adolescentes e adultos. Dentre eles os que estão entre 15 e 30 anos de idade.” Com o passar do tempo o Mobral teve uma considerável expansão, tornando-se reconhecido até mesmo pela Unesco, o que possibilitou vantagens aos métodos de ensino do Mobral.

Pode-se dizer que eram praticamente os mesmos adotados por Paulo Freire, porém de maneira deformada e com algumas particularidades, pois o governo oferecia o seu avesso; portanto não muito completo, pois se utilizava do método das fichas de leitura, mas não considerava o conhecimento prévio do aluno e tampouco existia o processo de conscientização, tão defendido pelo educador Paulo Freire. (BELUZO e TONIOSSO, 2015. p.6)

No entanto, apesar do sucesso frente aos demais países do mundo, que se inspiravam no Mobral. Aqui no Brasil ele era alvo de muitas críticas por educadores como Anísio Teixeira que contestavam os métodos de alfabetização utilizados, dizendo que os mesmos produziram analfabetos novamente em pouco tempo. Por exemplo, o método que Paulo Freire propusera no passado tinha seus princípios básicos de ensino e aprendizagem “A leitura de mundo precede a leitura da palavra (FREIRE. 2000. p. 9)” E no entanto a visão de mundo que o governo propunha no Mobral, não contava com a realidade dos indivíduos e sim forçava uma alfabetização padronizada.

Na verdade a preocupação central do MOBREAL era que um indivíduo fosse alfabetizado para facilmente receber as informações e desempenhar corretamente seu papel na sociedade e no desenvolvimento. E a diferença entre o movimento e a prática de Paulo Freire se encontra no referencial ideológico dos dois, pois enquanto o educador propunha a "educação como prática da liberdade", o MOBREAL propunha intrinsecamente o condicionamento do indivíduo para a manutenção do status. (BELLO apud COLETI, S/D. p. 4).

Nessa lógica, a educação foi um veículo importante para difundir valores como: passividade, ordem, fé, “liberdade com responsabilidade” e patriotismo. Porém, na década de 80 iniciou-se a abertura política no Brasil e sendo assim outras experiências mais democráticas na Alfabetização e na Educação de Jovens e Adultos ampliam-se aos poucos nas regiões do país. No ano de 1974, houve até mesmo uma proposta feita pelo MEC para a implantação dos Centros de Estudos Supletivos (CES), uma instituição que se organizavam com menor tempo, custo e efetividade do que o Mobral. Com LDB 5692/71, implantou-se o Ensino Supletivo, sendo dedicado um capítulo específico para a EJA, segundo o Porcaro “Esta Lei limitou o dever do Estado à faixa etária dos 7 aos 14 anos, mas reconheceu a educação de adultos como um direito de cidadania, o que pode ser considerado um avanço para a área da EJA no país.”

Com estes novos acordos e o relevante descontentamento com os métodos do Mobral, no ano de 1985 ele foi extinto, e substituído pela Fundação Educar, que segundo Porcaro, “a Fundação Educar, que abriu mão de executar diretamente os projetos e passou a apoiar financeira e tecnicamente as iniciativas existentes.” Esta nova instituição era como se fosse uma extensão do Mobral, porém com um novo nome e também com uma significativa mudança dos métodos de ação.

2.3. EJA, A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos se constrói em uma linha do tempo nada linear, porém é indiscutível que com o passar dos anos foi se reconhecendo a importância desta. Na década de 90 a Fundação Educar que havia substituído o Mobral também chega a seu fim a partir do momento em que o Governo Federal cria articulações das políticas nacionais do EJA, para que ela seja de responsabilidade dos municípios, se desvinculando da obrigação Constitucional que ampliou o dever do Estado para com a EJA, garantindo o ensino fundamental obrigatório e gratuito para todos na LDB 5692/71, em 1988.

Com o comando municipal novas oportunidades de ensino-aprendizagem para jovens e adultos foram se instalando no País e para que isso ocorresse inúmeras parcerias, entre municípios, ONG's e Universidades iniciaram-se. De acordo com Porcaro, “Surgem os Fóruns de EJA, como espaços de encontros e ações em parceria entre os diversos segmentos envolvidos com a área, com o poder público, com as universidades, ONG's, movimentos

sociais, sindicatos, grupos populares, educadores e educandos.” Esses Fóruns funcionavam como reuniões, onde o objetivo era a troca de experiências e o diálogo entre as instituições para melhorias na EJA.

Os fóruns são movimentos que articulam instituições, socializam iniciativas e intervêm na elaboração de políticas e ações da área de EJA. Estes ocorrem num movimento nacional, com o objetivo de interlocução com organismos governamentais para intervir na elaboração de políticas públicas. (SOARES apud PORCARO. 2007, p.5)

Segundo Porcaro, com o surgimento dos Fóruns em 1997, a história da EJA passa a ter registro no Boletim da Ação Educativa, que socializa uma agenda dos Fóruns e os relatórios dos Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA). De 1999 a 2000, então, os Fóruns passam a marcar presença nas audiências do Conselho Nacional de Educação para discutir as diretrizes curriculares para a EJA. Os fóruns, portanto, têm sido interlocutores da EJA no cenário nacional.

A partir de 2003, segundo o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) houve a conquista da presença do Estado na EJA, anteriormente mesmo que a EJA esteja garantida constitucionalmente e as ações municipais fossem de grande importância, os número de grupos voluntários ainda era o maior, assim tendo poucos recursos. Foi necessário lutar pela atenção do Estado, por meio dos fóruns estaduais e regionais conseguiram verbas para a EJA por meio de programas, como o chamado “Programa Brasil Alfabetizado” (PBA), que consiste segundo o Ministério da Educação em “Promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para a universalização do ensino fundamental no Brasil.”

Ainda segundo o MEC a Educação de Jovens e Adultos no Brasil consolida-se em alguns objetivos, como: Oportunizar a Inclusão, diminuir as taxas de analfabetismo, minimizar a pobreza e incentivar a preservação do meio ambiente, além de integrar esses jovens e adultos no mercado de trabalho e na sociedade. Atualmente, as Políticas públicas em curso que estão voltadas à Educação de Jovens e Adultos no Brasil são: Programa Brasil Alfabetizado, Programa ProJovem Urbano e Programa Fazendo Escola.

O “Programa Fazendo Escola” desenvolvido em 2006 se realiza segundo o Ex-ministro da Educação Fernando Haddad ao estabelecer os critérios e as normas de transferência automática de recursos financeiros ao Programa de Apoio aos Sistemas de

Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos. Já o “Programa ProJovem Urbano” de acordo com MEC tem o objetivo de:

Elevar a escolaridade de jovens com idade entre 18 e 29 anos, que saibam ler e escrever e não tenham concluído o ensino fundamental, visando à conclusão desta etapa por meio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos integrada à qualificação profissional e o desenvolvimento de ações comunitárias com exercício da cidadania, na forma de curso, conforme previsto no art. 81 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. 2012)

Programas como esses promovem inclusão desses jovens e adultos. De acordo com Policarpo, aqueles que não sabem escrever os nomes, ler ou compreender regras de convívio não se encaixam no mercado de trabalho que está a cada dia mais atualizado e tecnológico, já que, “As novas demandas da sociedade e as expectativas de crescimento profissional requerem, durante toda a vida do indivíduo, uma constante atualização de seus conhecimentos e de suas habilidades.”

A EJA realiza-se diferente da educação de base, ela requer um conhecimento individual profundo sobre os indivíduos da sala de aula, ou seja, os estudantes. Policarpo afirma que, “É preciso conhecer o que pensam os estudantes, seus sonhos e desejos, a fim de refletir sobre suas necessidades específicas de aprendizagem.”. A Educação de Jovens e Adultos tornou-se responsável por remodelar a identidade do cidadão e dar um significado à sua vida.

A educação de adultos inclui a educação formal, a educação não-formal e o espectro da aprendizagem informal e incidental disponível numa sociedade multicultural, onde os estudos baseados na teoria e na prática devem ser reconhecidos. (DECLARAÇÃO DE HAMBURGO. 1997. p.1)

A EJA no Brasil, amplia-se como modo de fazer educação, ou modalidade em níveis de Ensino Fundamental e Ensino Médio, ou seja, existem escolas específicas para a educação de cada modalidade para jovens e adultos. A Educação desses, seguindo o Declaração de Hamburgo, de 1977, tem em vista que este processo é de longo prazo, para que seja possível desenvolver a autonomia, o senso de responsabilidade e fortalecer a capacidade de lidar com as transformações que ocorrem na economia, na cultura e na sociedade como um todo. Além de promover também a coexistência, a tolerância e a participação criativa e crítica dos cidadãos.

Benítez (2020) apresenta a Educação de Jovens e Adultos como um desafio pedagógico e político para aqueles que almejam transformar a educação dentro de uma perspectiva de desenvolvimento, inclusão e justiça social. Isso porque, no Brasil um dos grandes problemas sociais é a Desigualdade e por trás dela existe um longo processo histórico-social enraizado no preconceito, na discriminação e na exclusão dos marginalizados. A desigualdade social é um fenômeno que causa desequilíbrio no padrão de vida dos habitantes de um país, seja na economia, no mercado ou nas escolas.

Essa desigualdade pode acarretar em vários outros prejuízos para a sociedade, como o aumento da criminalidade, desemprego, educação de má qualidade, infraestrutura inadequada para atender a toda população, além de preconceito racial, de gênero, de cultura e status. A educação inclusiva, além de vários outros elementos, faz parte do processo para melhorar os números de igualdade. Incluir é saber conviver e respeitar pessoas e costumes diferentes. (EQUIPE EDUCAMUNDO. 2016)

Com isso é necessário esclarecer quem são essas pessoas excluídas da sociedade. São eles povos indígenas originários e as populações quilombos e demais afrodescendentes, ou seja, Índios e Negros. Esses homens e mulheres que muitas vezes não puderam estudar na idade apropriada, pois suas famílias são obrigadas a buscar no trabalho das crianças uma alternativa para a composição de renda mínima, juntam-se a parcela da sociedade excluída. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular, de 2019 a Educação de Jovens e Adultos “Igualmente a Educação Inclusiva, requer o compromisso com os alunos com deficiência, reconhecendo a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de diferenciação curricular, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)14.”

Reparar esta realidade, segundo o PROEJA é um dos fins da EJA porque reconhece o advento para todos deste princípio de igualdade. Já que o dever do Estado é garantir igualdade de acesso a todos os cidadãos às escolas públicas que, de acordo com a Lei Nº9.394, localizada na Constituição Federal de 1988, é um direito de todos.

A EJA, em síntese, trabalha com sujeitos marginais ao sistema, com atributos sempre acentuados em consequência de alguns fatores adicionais como raça/etnia, cor, gênero, entre outros. Negros, quilombolas, mulheres, indígenas, camponeses, ribeirinhos, pescadores, jovens, idosos, subempregados, desempregados, trabalhadores informais são emblemáticos representantes das múltiplas apartações que a sociedade brasileira,

excludente, promove para grande parte da população desfavorecida econômica, social e culturalmente. (PROEJA. 2007. p,11.)

A educação desde sempre vem sendo utilizada como instrumento de modelar, seja pelo Estado, ou seja, por outras organizações e por este motivo é importante articular sobre a educação para que assim possamos retirar dela bons frutos. Pois de acordo com Benítez “É importante destacar que a escola precisa contribuir para que a pessoa viva melhor, pois, não tem sentido o ser humano investir em algo que não se converta em melhoria de qualidade de vida”. Logo pode-se concluir que a Educação de Jovens e Adultos no Brasil é o assunto do século XXI, ainda tem muito a ser desenvolvida e aprimorada para que faça valer a cidadania de homens e mulheres analfabetos que querem mudar de vida a partir da educação.

Capítulo 3. A invisibilidade da Educação de jovens e Adultos e percepções

3.1. Invisibilidade das práticas que não deixam registros

A docência vivenciada no dia a dia é uma prática que não costuma deixar registros, ou seja, os projetos singulares desenvolvidos dentro de escolas e salas de aula não ganham destaque diante uma totalidade de necessidades que alunos e professores enfrentam diariamente. Esses testemunhos involuntários segundo Marc Bloch (2001) dizem respeito a tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele, e neste sentido toda a atividade promovida por esses docentes é testemunho involuntário. Porém, ainda segundo Marc Bloch (2001.p.40), quando esses testemunhos estão invisíveis se assemelham a quando “o historiador a cada vez que se debruça sobre gerações desaparecidas, logo torna-se prisioneiro dos preconceitos, das falsas prudências, das miopias de que a própria visão dessas gerações sofrerá”, ou seja, quando não aprofundado e reconhecido a docência é desvalorizada pela falta de conhecimento sobre a mesma.

Podemos tratar de dois tipos de trabalhos que os docentes têm de realizar em seu cotidiano, o primeiro é o *trabalho prescrito*, aquele que se encaixa na função das escolas, ou seja, ensinar e aprender, por exemplo. Já o segundo, é *trabalho real*, ou seja, aquele trabalho que é vivenciado pelo professor de acordo com sua realidade escolar.

Isso que se nomina como trabalho prescrito envolve um conjunto de elementos situados ex-ante às situações de trabalho: a perspectiva sobre o que será obtido, as condições determinadas de realização e, por fim, a tarefa, ou seja, o que deve ser realizado. Contudo, nas situações de trabalho, no trabalho real, vai-se do objetivo à realidade: há variações do contexto, as condições determinadas não são as condições reais e o resultado visado não é totalmente o efetivado.(ALVES, 2016. p. 12,13)

Ambos os trabalhos segundo Alves (2018) são na maioria das vezes realizados por atitudes individuais e coletivas dos docentes, porém ainda de acordo com Alves (2018), “Em tal perspectiva, talvez por sua enganadora “visibilidade”, o trabalho ocupa um lugar menor e resta obscurecido.” Deste ponto de vista considera-se que o trabalho docente cotidiano não possui o amparo das secretarias de ensino, que apesar de oferecerem inúmeras propostas como: cursos, módulos, seminários e palestras, acabam por cumprem um papel de “enganadora visibilidade” já que os assuntos aportados não condizem com as dificuldades reais em sala de aula, ou seja, tratam de trabalhos prescritos e não de reais.

A falta de conhecimento dos administradores perante as realidades escolares é um hábito no país e torna-se importante ressaltar que ao analisar a educação nas últimas décadas fez: “Revelações surpreendentes sobre a forma como o campo da educação foi sendo produzido e socializado pelo poder público na perspectiva de atender seus interesses políticos mais imediatos.” afirmam Luciano Filho e Maurilane Biccas (2000. p. 24), portanto esta é uma das características da educação no Brasil.

Os obstáculos educacionais praticamente dizem respeito apenas aos docentes, segundo Oliveira (2006) “Os professores são, em geral, considerados os principais responsáveis pelo desempenho dos alunos, da escola e do sistema.”. Desse modo, os docentes se desdobram para sanar as dificuldades de qualquer maneira, elaborando diversas estratégias invisíveis aos olhos do Estado, mas fundamentais para seu dia a dia. O que pretende-se apresentar neste cenário é que a invisibilidade com os profissionais da educação acarreta consequentemente na desmotivação e no desgaste da saúde física e mental desses educadores.

Afirma Oliveira (2006) que “Diante das variadas funções que a escola pública assume, os professores encontram-se frequentemente diante da necessidade de responder às exigências que estão para além de sua formação.” Tornando assim o cotidiano escolar desafiador e invisível, já que o professor tem de assumir papéis para além de suas capacidades e que acabam por prejudicar o trabalho educacional prescrito, isso porque não há amparo do Estado diante dos problemas reais enfrentados. Paulo Freire já dizia que a Educação tem de ser libertadora e não bancária, ou seja, muito além de ensinar o que está nos livros didáticos, o educador ensina sobre a vida e o mundo, mas esta missão torna-se mais difícil ao deparar-se com as realidades.

O antagonismo entre as duas concepções, uma, a “bancária”, que serve à dominação; outra, a problematizadora, que serve à libertação, toma corpo exatamente aí. Enquanto a primeira, necessariamente, mantém a contradição educador-educandos, a segunda realiza a superação. Para manter a contradição, a concepção “bancária” nega a dialogicidade como essência da educação e se faz antidualógica; para realizar a superação, a educação problematizadora – situação gnosiológica – afirma a dialogicidade e se faz dialógica. (FREIRE. 2005. p. 44)

Ainda segundo Freire (2005. p. 41) “O pensar do educador somente ganha autenticidade na autenticidade do pensar dos educandos, mediatizados ambos pela realidade, portanto, na intercomunicação.” Desse modo, não existe um pensar isolado do mundo ou da realidade, o educador é necessariamente fruto do seu meio assim como seus alunos e não basta apenas as

duas partes enxergarem tal fato, a sociedade tem de estar ciente disso, o Estado precisa desvendar os olhos e possibilitar uma educação libertadora e de qualidade para todos.

A EJA, que compõe, em geral, uma história marginal no contexto historiográfico da educação brasileira, também pode ser analisada nesta vertente de invisibilidade docente, isso porque trata-se de uma educação com menos investimento do Estado historicamente, como vimos nos capítulos anteriores. A educação de Jovens e Adultos requer do profissional que a assume, um estudo aprofundado das realidades, desejos e saberes vindos de seus alunos para que posteriormente possam se acrescentar em instruções e ensinamentos. Tais situações merecem reconhecimento, não apenas devido à sua dificuldade, mas principalmente para que possa ser compartilhada a ponto de ajudar outro profissional na mesma situação.

Em razão das circunstâncias históricas, por exemplo, da ditadura militar, provocou a ocultação e o apagamento de registros, por estarem dispersos e em memórias fragmentadas, se não reprimidas/silenciados pelo Golpe de 1964, precisam ser recuperados, reconstituídos e preservados pelos instrumentos de pesquisa historiográfica. São histórias da educação em Goiás recontadas pela escuta àqueles que viveram intensamente o processo, mas que foram marginalizados ou não tiveram condições de sistematizar suas experiências. (RODRIGUES, MACHADO E SILVA. 2013. p. 4 e 5)

O estudo de 2013, feito em Goiás pelos professores da Universidade Federal de Goiás (UFG), diz respeito à invisibilidade dos registros dessas práticas na EJA e a partir desta situação a atitude desses estudiosos foi dar espaço de registro aos Jovens e Adultos que até então estavam ocultos pela história, criando o Centro Memória Viva (CMV), para assim resgatar e registrar a memória/história individual e coletiva desses ex-alunos da EJA.

CMV têm como intento localizar, recuperar, identificar fontes documentais, escritas e orais, em diferentes suportes; higienizar, registrar, organizar, sistematizar, catalogar e analisar o acervo, tanto dos movimentos sociais e da educação popular quanto da EJA, que compõe, em geral, uma história marginal no contexto historiográfico da educação brasileira. (RODRIGUES, MACHADO E SILVA. 2013. p. 1 e 2)

O trabalho desses historiadores é de registro da memória, que de acordo com o Dicionário “Ciranda Cultural” (2009), diz respeito à capacidade psíquica de lembrar e conservar ideias, imagens, impressões e experiências adquiridas no passado. Já segundo Le Goff (1990. p.410) “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje.” Portanto, o trabalho realizado vai para além de resgate

ou registro, ele refere-se a uma releitura daquilo que por muito tempo esteve apenas no passado mas que agora pode e deve deixar a invisibilidade no presente.

Existem no Brasil alguns acervos sobre EJA e educação popular que se encontram desarticulados, havendo necessidade de unificá-los numa base de dados. Percebe-se, também, que muito do que foi produzido nesse campo encontra-se desorganizado em acervos pessoais e presente apenas na memória dos sujeitos que vivenciaram as ações, correndo o risco de perder registros raros para a compreensão da EJA na atualidade. (RODRIGUES, MACHADO E SILVA. 2013. p. 2)

Os documentos analisados pelo CMV são um testemunho escrito do passado, daí a necessidade de serem preservados por constituírem um produto da sociedade, fabricados por homens. Neste sentido o documento torna-se vivo, já que conta uma história, sejam elas através de provas, redações, fichas, cadernos, entre outros. Diane Valdez...[et al]. (2015) comprova que “O documento é vivo, pode falar e também pode silenciar, esconder, distorcer e abrigar dados que podem ser percebidos por lupas que são produzidas por meio de problemas, perguntas, cruzamentos e outras iniciativas necessárias a esse trabalho.” Deste modo, a análise deve ser minuciosa e embasada em ética.

Pode-se concluir que a educação brasileira precisa de transformações tanto para os docentes, quanto para os discentes. De modo que as iniciativas não sejam mais invisíveis e os resultados sejam exaltados e divulgados para que o amanhã torne-se mais fácil do que o hoje. Por meio de experiências enriquecedoras e aprendizado diário, os trabalhos reais registrados poderão criar uma corrente de ajuda entre educadores e assim quem sabe os trabalhos prescritos ganhem uma nova perspectiva por parte dos currículos e das secretarias de ensino. Por fim é relevante ressaltar, que as ações do CMV são louváveis, pois elas possibilitam protagonismo aos alunos da EJA, que até então eram vozes silenciadas pelo tempo e pela falta de registro que tornou o trabalho docente realizado no passado invisível aos olhos de hoje.

3.2. EJA como inclusão: como a vida muda depois do curso

A educação de jovens e adultos talvez seja a que mais justifica a frase "O acesso e permanência na escola sempre estiveram ligados ao poder econômico", a qual foi dita pelos especialistas em Proeja, pelo Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT), isso porque é fato que estes alunos da EJA não tiveram a possibilidade de permanecer na escola na faixa etária

esperada comumente e isto devida às diversas realidades em que estiveram inseridos durante a infância e a adolescência. Demorou-se um tempo para que a nação brasileira entendesse que a educação, deve ser entendida e estruturada como um direito de todos e de responsabilidade tanto da família, quanto do Estado.

Deve-se entender a EJA como inclusiva devida sua ampla abordagem de realidades e perfis, mas também sobre sua característica homogênea de instrumento social que possibilita ascensão pessoal e/ou profissional de seus alunos, que segundo os especialistas em Proeja (IFMT), “O grande traço definidor do aluno da Eja é a caracterização social de um grupo heterogêneo, com necessidades cognitivas homogêneas”, ou seja, um público heterogêneo que requer um educador capaz de ir além da transmissão de conhecimento, para assim construir um ensino que faça sentido no dia a dia do aluno de maneira inclusiva.

[...] se abra a todos, a começar pela inclusão dos até então sistematicamente deixados ao longo de suas margens, e que ela seja pensada, proposta e praticada a partir da condição das classes subalternas e de uma visão de mundo das classes populares. Além disso, é preciso ressaltar que antes de ser uma ‘fala a’ ela seja uma ‘escuta de’, aberta e atenta a ouvir as culturas às quais se dirige. (BRANDÃO. 2008, p. 30)

Em um mundo globalizado em que as informações vem a todo instante atualizadas nas telas de televisores e smartphones, ouvir o próximo torna-se cada vez mais distante da realidade. Os alunos da EJA apresentam uma heterogeneidade em níveis escolares, podendo encontrar-se em nível de analfabetismo, o que atualmente, insere este cidadão, não apenas dentro da porcentagem populacional que não sabe ler e escrever, no que podemos chamar de tradicional, mas também dentro do analfabetismo digital. Ou seja, indivíduos que não estão interagindo com o mundo globalizado e letrado, ficando vulneráveis às informações sem veracidade, pois não são capazes de discernir sobre elas.

A extrema valorização da educação nas sociedades pós industriais está relacionada à aceleração da velocidade de produção de novos conhecimentos e difusão de informações, que tornaram a formação continuada um valor fundamental para a vida dos indivíduos e um requisito para o desenvolvimento dos países perante a sistemas econômicos globalizados e competitivos (HADDAD e PIERRO. 2000. p.21)

Apesar de saber ler e escrever ser um direito assegurado pela Constituição Brasileira, uma parcela da população brasileira não consegue alcançar este direito. Segundo Serafim e Silva (2005), os efeitos da globalização imprimem novas significações a práticas já conhecidas pela humanidade, a saber, o ato de ler e de escrever, o contato entre os seres

humanos, a participação na vida cidadina, entre outras coisas. Desse modo, o aluno jovem e adulto que entra na EJA pode ser considerado um oprimido. Oprimido pelo mundo letrado que não o permite fazer parte do todo e por isso, a EJA é uma válvula de esperança.

A EJA é uma oportunidade de mudança de vida, seja na procura de um emprego mais qualificado e com melhores salários, ou seja, na intenção de entender o mundo a sua volta e sentir-se pertencente a este mundo globalizado e letrado. A volta aos estudos traz uma nova perspectiva pessoal em relação a vida, que por vezes tinha apenas a intenção de conquistar um certificado e ao sair, muito além do certificado, saí com vontade de aprender mais e com sentimento de conquista do conhecimento o que possibilitará uma significativa mudança na realidade de vida desse estudante.

O aluno da Eja é um jovem e adulto que historicamente vem sendo excluído, quer pela impossibilidade de acesso à escolarização, quer pela exclusão da educação regular ou por ter que trabalhar. São alunos que estão inseridos no mercado de trabalho, ou que ainda esperam nele ingressar, que não visam apenas à certificação da escolaridade para manter sua situação profissional, mas que planejam concluir o Ensino Médio e chegar à Universidade para ascender socialmente e profissionalmente, rompendo barreiras preconceituosas, geralmente transpostas em função de um grande desejo de aprender. (FERREIRA...[et al]. s/d. p. 23)

De acordo com o autor, a EJA dá aos alunos a capacidade de “romper barreiras preconceituosas”, o que possibilita que esse adulto ou jovem veja o mundo com um outro olhar, não apenas pelo fato de agora conseguir interpretá-lo através da leitura, mas, sim pelo fato de poder se sentir parte deste e capaz de reivindicar suas vontades que até então eram invisíveis.

Pesquisa recente mostrou que são necessários mais de quatro anos de escolarização bem-sucedida para que um cidadão adquira as habilidades e competências cognitivas que caracterizam um sujeito plenamente alfabetizado diante das às exigências da sociedade contemporânea, o que coloca na categoria de analfabetos funcionais aproximadamente a metade da população jovem e adulta brasileira, está afirmação foi feita pelos estudiosos Haddad e Pierro (2000. p.19) Deste modo apresenta-se a educação como instrumento de máxima importância para convivência social com plenitude, de modo que o indivíduo se sinta à vontade com quaisquer situações cotidianas.

Durante o processo de formação desses egressos, eles foram adquirindo conhecimentos, experiências, esses medidos a cada semestre aumentava a sua quantidade e com isso sua qualidade ia possibilitando maiores trocas e

melhores relacionamentos entre a vida, o trabalho e o processo educativo do qual estavam se interligando. Vida, trabalho e educação são categorias essenciais e centrais na vida desses egressos que estão correlacionadas, porque a vida deles foi se constituindo na medida em que a educação possibilitava uma nova medida de conhecimento, uma nova ruptura se materializava em suas mudanças de organização da vida material, através do trabalho. (SOARES. 2006. p.137)

Comprova-se desta maneira que a vida após cursar a EJA pode ser transformada de diversas maneiras. Segundo Soares (2006. p.54) o “processo de escolarização acaba por preparar os indivíduos à participação em experiências sociais e culturais de uso da leitura e da escrita no contexto social extra-escolar.” Portanto, a EJA é formadora de indivíduos capazes de conviver na sociedade com plenitude, pois aprenderam na EJA a ler e escrever, aprenderam a fazer cálculos simples que garantam seus salários justos, aprenderam seus direitos, aprenderam que merecem e são capazes de conquistar diplomas e de certa maneira sua dignidade, pois até então esse indivíduo encontrava-se a margem da sociedade, excluído.

3.3. Narrativas e percepções: o que significou para mim cursar o EJA

Neste último tópico teve-se a intenção de apresentar na prática o quanto a educação pode ser transformadora e comprovar as teorias anteriores. Cardoso e Ota (2016. p.3) afirmam que: “É fato que a escolarização se tornou imprescindível para a inserção das pessoas na sociedade atual, para a manutenção da lógica do funcionamento social e do sistema produtivo que a sustenta e legitima.” Deste modo, abaixo será apresentado o relato de uma estudante da EJA, esta terá seu nome ocultado e por isso, ao referir-se a ela, usaremos a Estudante.

A estudante atualmente encontra-se com 63 anos de idade, moradora da cidade de Taubaté-SP e que participou da escolarização da EJA em Ensino Fundamental aos 56 anos em 2013, ou seja, já na idade adulta. Por meio deste relato, suas palavras trazem sentido a tudo que foi exposto até então e assim, poderá se verificar a importância da Educação para Jovens e Adultos como ação transformadora de vida.

A utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso, pode sair dos limites físicos do nosso corpo para estar interposta quer nos outros quer nas bibliotecas. Isto significa que, antes de ser falada ou escrita, existe uma certa linguagem sob a forma de armazenamento de informações na nossa memória. (LE GOFF. 1990. p. 367)

Com base na afirmação de Le Goff (1990) pode-se perceber que ao manifestar os pensamentos de modo escrito, o que só pode ser realizado, neste caso, devido à estudante ter cursado EJA, é possível organizar os pensamentos a partir de sua materialização e, assim, refletir sobre o significado e o impacto da experiência na sua própria vida.

Ultrapassando os limites do corpo físico, trabalharemos por meio da memória viva, ou seja, a Estudante da EJA de Taubaté relata sobre seu passado, rememora sua infância e sua Adolescência para refletir sobre a interrupção dos estudos básicos ainda na idade apropriada e desta maneira, encara-se quais os motivos do passado e do presente para que reacende-se o desejo pelos estudos novamente, já na vida adulta. Em meio a este cenário quais suas motivações.

Antes eu estudava lá no Jardim Ana Emilia, na escola normal e eu não completei o ginásio, fiz até o 7º ano. E eu parei porque eu achei que não dava continuidade pra mim mesmo, depois comecei a namorar também aí parei por mim mesmo. Mais pra frente mudou, porque eu já estava casada, e então eu pensei acho que vou estudar e nisso ele também fazia estudo lá no Senai, por isso, eu também queria aprender, já que um vai fazer a gente faz os dois juntos. Eu fui lá no Senai e comecei a fazer curso de unha e aí veio na ideia também de eu fazer esse estudo que é a continuidade, mais pra frente.
(Estudante)

Pode-se observar que a evasão do ensino regular se deu pela falta de interesse no que a educação poderia proporcionar para o futuro, como já observado nos capítulos anteriores a desvalorização da educação é causa direta da perda de estudantes diariamente. Esses, por sua vez, buscam outros caminhos para o alcance de suas prioridades, principalmente tratando-se de famílias de classe baixa. Segundo a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL, 1994) “A distribuição de educação por riqueza permanece altamente distorcida, com o grupo dos 20% mais pobres alcançando quatro anos de escolaridade, em contraste com o dos 20% mais ricos, que chega a 10 anos de escolaridade.” Por isso, ao tratar-se das crianças mais pobres as chances de ela possuir o privilégio de estudar e aprender com qualidade e dignidade é quase nula comparada a uma criança rica.

De acordo com a CEPAL (1994) "necessita-se de dez anos de escolaridade, e em muitos casos o secundário completo, para se atingir rendimentos acima da linha da pobreza". Desse modo, pode-se considerar a educação quando adulto como a esperança de mudança de realidade, assim buscamos descobrir as verdadeiras intenções da estudante em voltar a estudar, como foi a experiência da estudante e suas percepções iniciais já dentro da EJA cursando o Ensino Fundamental.

Acho que foi 2013. Aqui em Taubaté, lá perto da Sagrada Família. Lá tinha gente mais jovem do que eu, que foi lá por causa de um trabalho, porque tinha que fazer, terminar o ano. Tinha rapazes, meninas, tinha casalzinho de namorados juntos e tinha os idosos, tinha gente mais velha do que eu ainda, que voltaram a estudar, muitos idosos tinham e eu ali perto deles era a mais nova. Foi muito bom pra mim, tenho saudade da sala de aula, dos professores, eu penei mas consegui. Foi gostoso estudar porque era de noite. Eu voltei e me senti renovada, porque quando você tá num lugar desse, depois de muitos anos é especial. E depois de um tempo pra cá aí não continuei, mas eu sinto falta e também a gente se sente melhor dentro de uma escola, você faz umas amizades, você tenta fazer as matérias que você consegue ainda, tem os professores que nos apoiam sempre. Você tinha que fazer a prova completa e levar na mesa e deixar, podia tirar alguma dúvida mas não muito. Mas eu me sentia realizada em uma sala de aula, porque fazia novas amizades, a mente da gente trabalhar de outra maneira, só de você pegar o lápis e você escrever, nossa a primeira vez que peguei, que eu voltei assim, quando eu sentei e fui escrever meu nome, eu senti, eu chorei. Falei - Nossa to escrevendo meu nome, fazendo umas conta que eu nunca fiz - e eu fazia sozinha. Ele me explicava mas dizia que eu tinha que saber diferenciar o que é divisão, o que é colchete, o que é chave. Tudo isso a gente fazia sozinha. Era bom.(Estudante)

Constatamos neste relato que, a volta aos estudos não apenas traz conhecimento básicos, mas também amizades novas, trocas de experiências e um importante autoconhecimento que faz da Educação de Jovens e Adultos uma renovação pessoal de suas capacidades e crenças em si mesmo. A realização da estudante se dá por suas conquistas merecidas na vida adulta, após “Experiências escolares fracassadas, dificuldades produzidas pelo trabalho, pelo cansaço, pelo volume de responsabilidades, acabam por criar impeditivos reais na capacidade de aproveitamento escolar”, segundo Haddad (1994), todos esses empecilhos estão na vida cotidiana do estudante e passar por eles é de fato gratificante, como nos apresenta a estudante.

Na obra “Pedagogia da Esperança”, do educador Paulo Freire (1992. p.11) deparamo-nos com o seguinte relato, quando o educador pergunta: “Porque vários alunos vinham faltando tão frequentemente às aulas. Alunos e pais, separadamente, respondiam. Os alunos “porque somos livres”. Os pais, “porque são livres. Um dia voltarão.” Talvez nos falte observar a vida como esses pais e alunos, que da liberdade criam lições e assim possibilidades de voltar a trás, assim como a estudante que decidiu por vontade própria retornar aos estudos e por isso, buscamos descobrir o que significou cursar a EJA para esta estudante.

Eu era doméstica mesmo e pensava vai que eu entro pra trabalhar em uma loja. Mas aí perguntam - Até que ano você estudou? - é a primeira coisa que perguntavam pra mim era isso. - Ah, não estudei o primeiro colegial, fiz até o

7º ano - E me respondiam que só poderiam pegar com formação completa, com a escola normal e depois o ginásio. Eu já passei por isso, de impedir, a gente não podia entrar no lugar porque você não tem. Poxa quando falavam isso, eu pensava caramba porque eu não completei, né. Aí é onde vêm as coisas pra você, poxa devia ter continuado. Isso eu repeti muitas vezes comigo. Agora eu posso fazer o primeiro colegial e se eu quiser já posso fazer direto o segundo e o terceiro que já é junto, eu tô pensando. Aí será que a cabeça ajuda? E com essa pandemia também a moça falou que agora é diferente. Mas quem sabe para o ano, aí eu vou fazer o 1º, 2º e 3º pelo menos já completa tudo, e aí tenho um estudo completo. Porque se eu quisesse fazer um outro estudo de fora, um estudo completo assim é bom, faculdade não vou fazer no momento, mas a gente pensa, nunca é tarde pra nada. Meu pensamento é positivo. Eu sinceramente me senti realizada quando voltei a estudar, porque só ser doméstica é uma coisa, é um serviço mas você ainda não está realizada no que você quer ainda pra vida, você tem muitas opções e o estudo faz parte, eu acho. Vou ser sincera se fosse para eu escolher queria trabalhar de cuidar de criança, pedagoga que fala, né. Eu queria pra poder cuidar das crianças assim como cuidava quando era babá, é o que eu sou apaixonada, me sinto muito feliz com isso. (Estudante)

“Cada vez torna-se mais claro que as necessidades básicas de aprendizagem dessa população”, Haddad e Pierro (2000. p.19) afirmam a clara necessidade dessa população, jovens e adultos que querem voltar aos estudos, seja pela garantia de certificado, ou seja, pelo desejo de conhecimento como a estudante. Desse modo, existe a busca pela transformação de vida que a Educação proporciona, se não reconhecida no passado por falta de oportunidade ou quaisquer condições que este jovem e adulto se encontraram, no hoje busca-se mais conhecimento e mais experiências de enriquecimento.

Entretanto, Soares (2006) faz a seguinte colocação: “Há ganhos para quem está vivenciando a experiência de voltar para a escola depois de adulto, mas há também decepções por esta escola não corresponder a tudo o que se espera dela”. Apesar das práticas docentes louváveis, ainda temos de ressaltar a falta de recursos e verbas para com a EJA no Brasil, o que entra na contradição de não poder ser a Educação Inclusiva e de qualidade que se espera e deseja. Com tudo, a estudante em questão demonstra em seu relato, alegria e satisfação de estar adquirindo conhecimento e com isso mudando sua visão de mundo, por isso seu relato a seguir demonstrará as verdadeiras mudanças em sua vida após ter cursado a EJA.

Eu me senti, me empolguei, me senti leve porque me senti bem com tudo isso, porque deu uma reviravolta na mente da gente, porque você voltar lá de trás pra você entrar em uma série que seria outras coisas mais explicáveis, é bem diferente. Porque você vai, será que eu consigo fazer a matemática, o inglês? Eu era boa em redação isso a professora falava - Você em redação é muito boa - Mas matemática assim, você tem na cabeça algumas coisas, lógico, mas outras não estão gravadas. Que nem tabuada eu era excelente, então eu tentava. Mas eu me sentia muito bem, feliz, era outra renovação na

mente. Você tinha palavras diferentes, tinha amizades diferentes e tinha um estudo que trazia bem para o seu íntimo. E eu to pensando seriamente pro ano que vem, se estiver com saúde, mesmo com a pandemia que se Deus quiser vai passar. Porque têm agora até através da internet e com a tecnologia. Aí eu vou, independente da idade, se você se sente bem com ela e principalmente a mente, se tem vontade e tem prazer você consegue, eu sou dessa opinião. Vou tentar, pelo menos você tá tendo uma tentativa na vida, uma coisa a mais pra você viver melhor. Eu fiz, eu estudei e vi que o negócio podia ser diferente, porque você pode entrar em uma caixa de supermercado e mesmo tendo tudo registrado ali, você tem como fazer com seu dedo ou com a mente pra saber dar o total. Lógico que a máquina computa mas você tem que saber, pra gente não ser enganado. Porque faz falta o estudo, sinceramente faz falta, eu sinto falta, queria fazer mais, só de pensar em escrever, eu adoro escrever, quando a gente vai colocar o nome em um caderno, como eu fiz na primeira vez retornando, nossa eu não acreditava que era eu. Antes eu não achava que era capaz, mas eu senti que tinha que ir e o diploma eu peguei, tinha que fechar. Eu falava até para o professor - A gente que tem mais irmãs, às vezes uma dessas irmãs têm mais estudo que a gente e eu não quero ser mais que elas, mas eu quero ter um estudo também - eu sinceramente gostei muito, a idade não impede a nada você ter um estudo melhor. (Estudante)

A realização da Estudante é evidente, a conquista de seu diploma é apenas um detalhe ao depararmos com as verdadeiras conquistas geradas pela Educação de Jovens e Adultos. Soares (2006) afirma que “O valor que os alunos dão à escola não decresce, foi se fortalecendo no período em que ficaram fora dela.” Por isso, ao retornarem dão o melhor e tiram dos professores e da instituição suas melhores versões, conseqüentemente, já que o processo é coletivo.

O Brasil do século XXI está inserido em uma abrangente desigualdade que para Pierro e Haddad (2000. p.21) trata-se de: “O desafio maior, entretanto, será encontrar os caminhos para fazer convergir as metodologias e práticas da educação continuada em favor da superação de problemas do século XIX, como a universalização da alfabetização”. Desse modo, temos de continuar a falar, escrever e lutar pela Educação e em especial pela Educação de Jovens e a Adultos Inclusiva, para que ela possa ser instrumento de transformação de vida para todos que tiverem o desejo de cursá-la e assim, ao fim não teremos apenas uma educação que gere certificados e sim uma educação transformadora assim como deseja o educador Paulo Freire nos primórdios da Educação para Jovens e Adultos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi motivada pelo interesse pela educação por parte da futura professora que a realizou, de maneira mais ampla a educação e seu fator de transformação social, que torna-se incentivo e vocação para aqueles que acreditam no poder que a educação tem. O recorte realizado foi focado especificamente na Educação de Jovens e Adultos, que, ao longo dessa pesquisa foi possível estudar mais profundamente a partir de suas origens, perspectivas e intenções de acordo com seu tempo e espaço. Estudar a contextualização foi necessário neste caso para compreender as transformações da sociedade sua relação com a educação e seu poder de transformação.

Delimitando ainda mais o foco da pesquisa a questão que a orientou foi se a Educação de Jovens e Adultos encaixa-se dentro dos princípios de uma Educação Inclusiva. Desse modo, após as leituras e estudos realizados verificou-se que, de fato, a EJA pode ser identificada pelo ponto de vista da inclusão, pois, os princípios pelos quais ela se baseia vão nessa direção ao atender um público heterogêneo, com realidades diversas, níveis escolares diferentes e condições sócio-econômicas variadas, mas ao mesmo tempo homogêneo devido à sua exclusão e marginalização pela sociedade letrada e globalizada.

A exemplo do período de ditadura civil-militar, e questões como: Onde estavam esses Jovens e Adultos analfabetos? Quais seus entendimentos sobre o período que passavam? Assim como, reflexões que envolvem a preparação dos docentes para as realidades enfrentadas em uma EJA, ou também, um estudo social aprofundado sobre os motivos atuais que levam ao desânimo perante a educação regular de crianças e adolescentes. Essas questões e muitas outras sobre a temática, não sendo o objetivo da presente pesquisa ficam aqui registradas em aberto para o futuro ou ainda para outros pesquisadores da Educação de Jovens e Adultos, que desejo que vejam dos cursos de licenciatura.

A Educação de Jovens e Adultos cumpre na vida de seus alunos o papel de transformadora, não nos moldes que o educador Paulo Freire desenvolveu dentro de seu século XX, mas com certeza, os bons profissionais inspiram-se em seus ideais para não apenas ensinar sobre a matéria do livro didático, mas principalmente, sobre a vida e os desafios que serão enfrentados. Além disso, observamos que a volta aos estudos das pessoas depois de adultas muito além de auferir o diploma, proporciona aos alunos novas amizades e

uma renovação na crença de sua própria capacidade, o que abre possibilidades infinitas a partir da alfabetização e da inserção na sociedade letrada.

Portanto, conclui-se que a Educação de Jovens e Adultos é de fato uma Educação Inclusiva devido seu público, que consiste em jovens e adultos que, pela falta de estudo na idade apropriada foram marginalizados e excluídos da sociedade letrada e globalizada. E por isso, essa temática tem de ser investigada, estudada e reivindicada para que todo jovem e adulto que necessite dela, seja pelo diploma, ou seja, pela busca de mais conhecimento e transformação de vida, tenha o direito de acesso a uma Educação digna e de qualidade em qualquer lugar do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALVES, Wanderson Ferreira. Avaliar e gerir: força e miséria de um ideário nas políticas educacionais contemporâneas. In: *Revista Brasileira de Educação*, v.21 n. 64 p.189-207, jan-mar. 2016.

_____. A invisibilidade do trabalho real: o trabalho docente e as contribuições da ergonomia da atividade. In: *Revista Brasileira de Educação*. v. 23. 2018.

BANCO DE DISSERTAÇÕES E LIVROS. s/d. Disponível em: <<https://mpe.unitau.br/banco-de-dissertacoes/>> Acesso em: 10 de Maio de 2020.

BELUZO, Maria Ferreira; TONIOSSO, João Pedro. O Mobral e a alfabetização de adultos: considerações históricas. In: *Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade*, [S. l.], p. 1-14. 2015. Disponível em: <<http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/35/06042015200716.pdf>> Acesso em: 15 de ago. de 2020.

BENÍTEZ, Iara Maria Stein. Escola e inclusão na educação de jovens e adultos. Cola da Web: Pedagogia. s/d. Disponível em: <<https://www.coladaweb.com/pedagogia/escola-e-inclusao-na-educacao-de-jovens-e-adulto>> Acesso em: 20 de jun de 2020.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin, 1886-1994. Apologia da História, ou o ofício do historiador. Prefácio, Jacques Le Goff; Apresentação à edição brasileira, Lilia Moritz Schwarcz; Tradução, André Telles. Rio de Janeiro. 2001

BRANDÃO, C. R. A educação popular e a Educação de Jovens e Adultos: antes e agora. In: MACHADO, Maria Margarida. (Org.). Formação de educadores de jovens e adultos: II seminário nacional. Brasília: Secad; Ministério da Educação (MEC); Unesco, 2008. p. 17-56.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. PARECER CNE/CEB nº. 11/2000: Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: MEC, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Documento Base: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos: Educação Profissional Técnica De Nível Médio/Ensino Médio. Brasília, DF: MEC/SETEC, 2007.

_____. Ministério da Educação. Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Área das Necessidades Educativas Especiais. 1994. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 11 de Jun. de 2020.

_____. Ministério da Educação. Documento sobre: Confintea's Breve Histórico. 2009. Disponível em: <http://confinteabrasilmais6.mec.gov.br/images/documentos/breve_historico.pdf> Acesso em: 11 de junho de 2020.

_____. Ministério da Educação. Documento sobre: Programa Brasil Alfabetizado. 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-brasil-alfabetizado>> Acesso em: 11 de Jun. de 2020.

_____. Ministério da Educação. Documento sobre: PROJOVEM URBANO. 2012. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17462-projovem-urbano-novo>> Acesso em: 11 de junho de 2020.

_____. Ministério da Educação. Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular – 1º segmento / coordenação e texto final (de) Vera Maria Masagão Ribeiro – São Paulo: Ação Educativa; Brasília, DF, 2001.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Mapa do analfabetismo no Brasil. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <<http://www.educacaosuperior.inep.gov.br.>> Acesso em: 11 de Jun. de 2020.

_____. Ministério da Educação. Lei nº 13. 146. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm> Acesso em: 11 de junho de 2020.

CEPAL. Panorama Social de América Latina 1994. Santiago: Comisión Económica para América Latina, 1994. Disponível em: <https://www2.unifap.br/gpcem/files/2011/09/RBEP-a-desigualdade-como-meio-de-vida_Nelly-P.-Stromquist.pdf> Acesso em: 13 de Nov. de 2020.

CIRANDA CULTURAL. Minidicionário Escolar Portugues. Ciranda Cultural. Edição 1. Nº 352. 2009.

COLETI, Laura Maria Baron. Do mobral (movimento brasileiro de alfabetização) aos programas de eja (educação de jovens e adultos) atuais: evolução ou manutenção das práticas pedagógicas?. p. 1-7. s/d Disponível em: <http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_antteriores/anais17/txtcompletos/sem02/COLE_3895.pdf>. Acesso em: 15 de Ago. de 2020.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO DE ADULTOS. (v: 1997: Hamburgo, Alemanha). Declaração de Hamburgo: Sobre Educação de Adultos, 1997. Brasília: SESI/UNESCO, 1999. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetaileObraDownload.do?select_action=&co_obra=14433&co_midia=2.> Acesso em: 8 de Ago. de 2020.

DI PEIRRO, Maria Clara. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no brasil. Educação & Sociedade, [S. l.], v. 26, p. 1115-1139. 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 6 de Jul. de 2020.

EQUIPE EDUCAMUNDO. EducaMundo: Educação sem Fronteiras. 2016. Disponível em: <https://www.educamundo.com.br/blog/curso-online-educacao-especial-inclusiva?search=&device=c&matchtype=b&gclid=EAiaIQobChMI-t_zwJm65wIVDQ6RCh2jXA8uEAAYAiAAEgKOYfD_BwE> Acesso em: 20 de jun. de 2020.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; BICCAS, Maurilane de Souza. Educação e Modernidade: A estatística como estratégia de conformação do campo pedagógico brasileiro (1850-1930). *Educação e Filosofia*, [S. l.], v. 14, p. 175-201, 2000. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/741/674>>. Acesso em: 27 de Out. de 2020.

FERREIRA, Amarilio Jr.; BITTAR, Marisa. Educação e Ideologia Tecnologia na Ditadura Militar. In: Centro de Estudos Educação e Sociedade. p. 1-23, dez. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a04v2876>>. Acesso em: 20 de jun. de 2020.

FERREIRA, Gislaíne Dias Florentino; ALCÂNTARA, Liliane; GAHYVA, Suzana Rondon. Identidade do aluno EJA. s/d. Disponível em: <<file:///C:/Users/Maria%20Emilia/Downloads/42-Texto%20do%20artigo-148-1-10-20131101.pdf>>. Acesso em: 13 de Out. de 2020.

FONTENELE, Hamanda Machado de Meneses. Thompson, Edward Palmer. *Costumes em Comum*: estudo sobre cultura popular tradicional. *Revista Piauiense de História Social e do Trabalho*, [S. l.], p. 1-4. 2018. Disponível em: <[file:///C:/Users/Maria%20Emilia/Downloads/\[36-39\]%20Fontenele.pdf](file:///C:/Users/Maria%20Emilia/Downloads/[36-39]%20Fontenele.pdf)>. Acesso em: 20 de Mar. de 2020.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 39 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. 47 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HADDAD, Sérgio. Tendências atuais na Educação de Jovens e Adultos no Brasil. In: encontro latino-americano sobre educação de jovens e adultos Trabalhadores, 1994, [s.l.]. Anais... Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1994. Disponível em: <<file:///C:/Users/Maria%20Emilia/Downloads/2166-Texto%20do%20artigo-2136-1-10-20190822.pdf>>. Acesso em: 13 de Nov. de 2020.

HADDAD, Sergio; PIERRO, Maria Clara Di. *Escolarização de Jovens e Adultos*. p. 1-25, 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07.pdf>>. Acesso em: 14 de Nov. de 2020.

LE GOFF, Jacques, 1924. *História e memória*. tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP - Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios)

LEMME, Paschoal. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, [S. l.], v. 65, p. 255-272. 1984.

MENDES, Camélia. Educação inclusiva e inclusão escolar: algumas considerações. In: *Revista Digital Simonsen*. Rio de Janeiro, n.2, Mai. 2015. Disponível em: <http://www.simonsen.br/revista-digital/wp-content/uploads/2015/05/Revista-Simonsen_N2-Camelia%20Mendes_Pedagogia.pdf>. Acesso em: 10 de Maio de 2020.

MERESMAN, Sérgio; BONATTO, Daniela do Amaral Mello; NASCIMENTO, Geisa Ferreira; EDMUNDO, Katia Maria Braga (colaboradoras). *In: Escola para Todos*. Rio de Janeiro: Cedaps, 2008.

MOREIRA, Camila. O direito de educação para jovens e adultos com deficiência. Jusbrasil. 2003. Disponível em: <<https://cmoreira2.jusbrasil.com.br/artigos/113639657/o-direito-de-educacao-para-jovens-e-adultos-com-deficiencia>> Acesso em: 20 de jun. de 2020.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Regulação educativa na América Latina:: repercussões sobre a identidade dos trabalhadores docentes. *In: Educação em Revista*, [S. l.], v. 44, p. 209-227, 2006.

OLIVEIRA, José Luiz. *As Origens do Mobral*. 1967. Dissertação (Mestrado) - Fundação Getúlio Vargas. 1970. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/8912>> Acesso em: 15 de Ago. de 2020.

OLIVEIRA, Letícia Borgues de; SOUZA, Sauloéber Tárσιο de. A alfabetização no Mobral, métodos e materiais. *In: Revista Eletrônica Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa*, [S. l.], p. 1-28, 2 jan. 1985. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87923777002>> Acesso em: 15 de Ago. de 2020.

OLIVEIRA, Emanuelle. Conferências Internacionais de Educação de Adultos (CONFINTEA). InfoEscola: Navegando e Aprendendo. s/d. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/educacao/conferencias-internacionais-de-educacao-de-adultos-confintea/>>. Acesso em: 20 de Jun. de 2020.

OTA, Márcia Regina; CARDOSO, Vania Marques. A análise da documentação de sujeitos da eja como possibilidade de garantia do direito à educação. *In: Revista EJA em Debate*, [S. l.], p. 1-11. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/view/2108>> Acesso em: 13 de Out. de 2020.

PAIVA, Vanilda Pereira - Educação Popular e Educação de Adultos-5ª edição - São Paulo - Edições Loyola – Ibrades – 1987. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4856/res5_20.pdf> Acesso em: 7 de Nov. de 2020.

POLICARPO, Elaine Aparecida. Alunos com deficiência na educação de jovens e adultos: perspectivas escolares e inclusão social. 2017. Disponível em: <<file:///C:/Users/Guest/Desktop/TCC/TEXTOS/Educação%20de%20jovens%20e%20adultos%20-%20Mestrado%20Unitau.pdf>> Acesso em: 15 de ago. de 2020.

PORCARO, Rosa Cristina. A história da educação de jovens e adultos no brasil. s/d. p. 1-7. Disponível em: <<http://files.pedagogiaunifeso.webnode.com.br/200000464-0b8b90c86d/a%20hist%20c3%93ria%20da%20educa%20c3%87%20c3%83o%20de%20jovens%20e%20adultos%20no%20brasil.pdf>> Acesso em: 22 de Jul. de 2020.

RODRIGUES e SOUZA, Fátima Lucília Vidal e Amaralina Miranda de. Educação Inclusiva: um desafio para a educação de jovens e adultos. <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/Educacao_Inclusiva_-_EJA.pdf> Acesso em: 11 de junho de 2020.

RODRIGUES, Maria Emilia de Castro; MACHADO, Maria Margarida; SILVA, Danielly Cardoso da. Centro Memória Viva: documentação e referência em Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Popular e Movimentos Sociais. Paidéia - Fumec, p. 37-57. 2013. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/paideia/article/view/2402>> Acesso em: 22 de Out. de 2020.

SANTOS, Elisama de Almeida. *Diferente é ser igual: a inclusão de crianças com deficiências no ensino regular e as contribuições da família e do serviço social*. 2012. Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2012. Disponível em: <<https://ufrb.edu.br/servicosocial/tccs/category/4-tcc2012-1>> Acesso em: 20 de Mar. de 2020.

SANTOS, Eunice Lopes dos. *A EJA numa perspectiva de inclusão*. Produção didático-pedagógica. 2016. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_edespecial_uem_eunicelopesdossantos.pdf > Acesso em: 05 de Ago. de 2020.

SERAFIM, Cássio; SILVA, Marlune Perreira da. O aluno da eja num mundo letrado e globalizado. Interface, [S. l.], v. 2, p. 1-17. 2005. Disponível em: <<https://ojs.ccsa.ufrn.br/index.php/interface/article/view/36>> Acesso em: 13 de Out. de 2020.

SOARES, Leôncio José Gomes. A educação de jovens e adultos: momentos históricos e desafios atuais. In: *Revista Presença Pedagógica*, v.2, nº11, Dimensão, set/out 1996.

SOARES, Sonia Ribas de Souza. As contradições na vida e no trabalho dos alunos da eja em porto alegre/rs: um estudo de caso. 2006. Dissertação (Pós Graduação) - Da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, [S. l.], 2006. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/10309>> Acesso em: 13 de Out. de 2020.

VALDEZ, Diane...[et al]. A história guardada no Centro Memória Viva: Educação de Jovens e Adultos, educação popular e movimentos sociais. Goiânia : Cênone Editorial, 2015.

ZITKOSKI, Jaime José. *Dicionário Paulo Freire*. 2. ed. São Paulo: Autêntica, 2008. (1 recurso online). ISBN 9788582178089. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788582178089>> Acesso em: 15 de Jul. de 2020.

ANEXO
Narrativa escrita de estudante de EJA em janeiro de 2020
Sexo: feminino Idade atual: 63 anos
Arquivo pessoal

Antes eu estudava lá no Jardim Ana Emilia, na escola normal e eu não completei o ginásio, fiz até o 7º ano. E eu parei porque eu achei que não dava continuidade pra mim mesmo, depois comecei a namorar também aí parei por mim mesmo. Mais pra frente mudou, porque eu já estava casada, e então eu pensei acho que vou estudar e nisso ele também fazia estudo lá no Senai, por isso, eu também queria aprender, já que um vai fazer a gente faz os dois juntos. Eu fui lá no Senai e comecei a fazer curso de unha e aí veio na ideia também de eu fazer esse estudo que é a continuidade, mais pra frente.

Acho que foi 2013. Aqui em Taubaté, lá perto da Sagrada Família. Lá tinha gente mais jovem do que eu, que foi lá por causa de um trabalho, porque tinha que fazer, terminar o ano. Tinha rapazes, meninas, tinha caszinho de namorados juntos e tinha os idosos, tinha gente mais velha do que eu ainda, que voltaram a estudar, muitos idosos tinham e eu ali perto deles era a mais nova. Foi muito bom pra mim, tenho saudade da sala de aula, dos professores, eu penei mas consegui. Foi gostoso estudar porque era de noite. Eu voltei e me senti renovada, porque quando você tá num lugar desse, depois de muitos anos é especial. E depois de um tempo pra cá aí não continuei, mas eu sinto falta e também a gente se sente melhor dentro de uma escola, você faz umas amizades, você tenta fazer as matérias que você consegue ainda, tem os professores que nos apoiam sempre. Você tinha que fazer a prova completa e levar na mesa e deixar, podia tirar alguma dúvida mas não muito. Mas eu me sentia realizada em uma sala de aula, porque fazia novas amizades, a mente da gente trabalhar de outra maneira, só de você pegar o lápis e você escrever, nossa a primeira vez que peguei, que eu voltei assim, quando eu sentei e fui escrever meu nome, eu senti, eu chorei. Falei - Nossa to escrevendo meu nome, fazendo umas conta que eu nunca fiz - e eu fazia sozinha. Ele me explicava mas dizia que eu tinha que saber diferenciar o que é divisão, o que é colchete, o que é chave. Tudo isso a gente fazia sozinha. Era bom.

Eu era doméstica mesmo e pensava vai que eu entro pra trabalhar em uma loja. Mas aí perguntam - Até que ano você estudou? - é a primeira coisa que perguntavam pra mim era isso. - Ah, não estudei o primeiro colegial, fiz até o 7º ano - E me respondiam que só poderiam pegar com formação completa, com a escola normal e depois o ginásio. Eu já passei por isso, de impedir, a gente não podia entrar no lugar porque você não tem. Poxa quando falavam isso, eu pensava caramba porque eu não completei, né. Aí é onde vêm as

coisas pra você, poxa devia ter continuado. Isso eu repeti muitas vezes comigo. Agora eu posso fazer o primeiro colegial e se eu quiser já posso fazer direto o segundo e o terceiro que já é junto, eu tô pensando. Aí será que a cabeça ajuda? E com essa pandemia também a moça falou que agora é diferente. Mas quem sabe para o ano, aí eu vou fazer o 1º, 2º e 3º pelo menos já completa tudo, e aí tenho um estudo completo. Porque se eu quisesse fazer um outro estudo de fora, um estudo completo assim é bom, faculdade não vou fazer no momento, mas a gente pensa, nunca é tarde pra nada. Meu pensamento é positivo. Eu sinceramente me senti realizada quando voltei a estudar, porque só ser doméstica é uma coisa, é um serviço mas você ainda não está realizada no que você quer ainda pra vida, você tem muitas opções e o estudo faz parte, eu acho. Vou ser sincera se fosse para eu escolher queria trabalhar de cuidar de criança, pedagoga que fala, né. Eu queria pra poder cuidar das crianças assim como cuidava quando era babá, é o que eu sou apaixonada, me sinto muito feliz com isso.

Eu me senti, me empolguei, me senti leve porque me senti bem com tudo isso, porque deu uma reviravolta na mente da gente, porque você voltar lá de trás pra você entrar em uma série que seria outras coisas mais explicáveis, é bem diferente. Porque você vai, será que eu consigo fazer a matemática, o inglês? Eu era boa em redação isso a professora falava - Você em redação é muito boa - Mas matemática assim, você tem na cabeça algumas coisas, lógico, mas outras não estão gravadas. Que nem tabuada eu era excelente, então eu tentava. Mas eu me sentia muito bem, feliz, era outra renovação na mente. Você tinha palavras diferentes, tinha amizades diferentes e tinha um estudo que trazia bem para o seu íntimo. E eu tô pensando seriamente pro ano que vem, se estiver com saúde, mesmo com a pandemia que se Deus quiser vai passar. Porque têm agora até através da internet e com a tecnologia. Aí eu vou, independente da idade, se você se sente bem com ela e principalmente a mente, se tem vontade e tem prazer você consegue, eu sou dessa opinião. Vou tentar, pelo menos você tá tendo uma tentativa na vida, uma coisa a mais pra você viver melhor. Eu fiz, eu estudei e vi que o negócio podia ser diferente, porque você pode entrar em uma caixa de supermercado e mesmo tendo tudo registrado ali, você tem como fazer com seu dedo ou com a mente pra saber dar o total. Lógico que a máquina computa mas você tem que saber, pra gente não ser enganado. Porque faz falta o estudo, sinceramente faz falta, eu sinto falta, queria fazer mais, só de pensar em escrever, eu adoro escrever, quando a gente vai colocar o nome em um caderno, como eu fiz na primeira vez retornando, nossa eu não acreditava que era eu. Antes eu não achava que era capaz, mas eu senti que tinha que ir e o diploma eu peguei, tinha que fechar. Eu falava até para o professor - A gente que tem mais irmãs, às vezes uma dessas irmãs têm mais estudo que a gente e eu não quero ser mais que elas, mas eu quero ter um

estudo também - eu sinceramente gostei muito, a idade não impede a nada você ter um estudo melhor.